EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Licitatório Nº 064/2026	**Pregão Eletrônico Nº 027/2026**
Registro de Preços: ☐ Não ☒ Sim	
Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Educação.	
Regulamentação Municipal: Decreto nº 011/2025.	
Critério de Aceitabilidade: Média de Preços apurada pela Administração, bem como a observância aos preceitos legais e regras consignadas neste Edital.	
Orçamento Sigiloso: ☒ Não ☐ *Sim * Exceto para os órgãos de controle e licitantes no momento de julgamento.	
Permite adesão de órgãos não participantes: ☐ Não ☒ Sim	
Tipo de Julgamento: ☒ Menor preço por item ☐ *Menor Preço por lote ☐ *Menor Preço Global * O julgamento do certame por "menor preço por lote" se justifica conforme entendimento do TCU – Acórdão 861/2013 – Plenário, eis que os itens licitados, aglutinados por lotes estão intrinsecamente relacionados, possuindo a mesma natureza. Além disso, possibilita o aumento da eficiência administrativa do setor público, pela otimização do gerenciamento dos seus contratos de fornecimentos, conforme se verifica do Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara. Ademais, a adjudicação por itens isolados exigiria elevado número de procedimentos para a seleção, o que, tornaria bem mais oneroso o trabalho da Administração Pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (Acórdão TCU 5.301/2013 – 2ª Câmara)	
Modo de Disputa: ☒ Aberto ☐ Aberto e Fechado.	
Recebimento de Propostas: **Fim:** 01/12/2026 às 09h30min	**Realização**: 01/12/2026 **Horário**: 09h30min, horário de Brasília **Obs**. Nesta fase será informado via chat o horário de início dos lances.
Local de Realização: https://licitar.digital/	
Telef. Contato: 33 3326 6 ou pelo endereço eletrônico: licitacao@santaritademinas.mg.gov.br	
Aplicar Benefícios da Lei Complementar 123/2006: ☐ Não ☒ Sim **Licitação Exclusiva para ME e EPP**: ☐ Sim ☒ Não – Ampla Concorrência **Aplicar o Art. 48, III, da Lei Complementar 123/2006, em conformidade com o art. 87 do Código Civil Brasileiro:** ☒ Não ☐ Sim ~~**Obs.:** Para cumprimento da legislação em comento o item XXXX será destinado exclusivamente para MEs EPPs e equiparadas~~. **Aplicar o § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014**: ☒ Não ☐ Sim ~~**Obs.**: Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial será adjudicada às MEs, EPPs e equiparadas sediadas na microrregião de **CARATINGA** as ofertas cujos preços estejam até 10% superiores ao melhor preço válido.~~ ~~Os entendimentos acerca do tratamento diferenciado concedido às empresas enquadradas encontram-se amparado com base na consulta nº 1167118.734, sessão de 10/09/2025, do TCE/MG~~.	

Peças Integrantes do Edital:

Anexo I – Normas específicas;
Anexo II – Declaração de enquadramento ME, EPPs e equiparadas;
Anexo III – Declarações Conjuntas;
Anexo IV – Proposta Comercial.
Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo VI – Minuta de Contrato
Anexo VII – Orçamento Estimado em Quantitativos e Valores.
Anexo VIII – Termo de Designação de Fiscal de ARP/Contrato

O Município de Santa Rita de Minas – MG, por intermédio de seu Pregoeiro juridicamente constituído, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 14.133/21 da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital:
Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do município de Santa Rita de Minas, Senhor Jacques Dorigheto, devidamente designado com sua respectiva equipe de apoio e demais profissionais do quadro do município, quando intimado pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica.
No curso de realização do processo licitatório a Administração será norteada pelo princípio da moderação, dispensando o formalismo exagerado com o objetivo de ampliar a competitividade, desde que o fato gerador apontado não seja grosseiro nem fira o princípio da isonomia entre os competidores.
O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas no endereço eletrônico www.santatirademinas.mg.gov.br e na plataforma https://licitar.digital/ e também no prédio administrativo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.
As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site do município, bem como as publicações na plataforma de julgamento.

1. DO OBJETO.

1.1 A presente licitação tem por objeto selecionar proposta para Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de livros paradidáticos ilustrados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino, em conformidade com os anexos deste Edital.
1.2 O objeto desta licitação será executado em total observância às prescrições deste instrumento o qual disciplina as regras do certame.

2. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.

2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas e documentos, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos sobre o pregão, desde que arguidos por escrito e tempestivamente protocolados no Setor de Licitações em dias úteis, respeitada a disponibilidade para recepção em horário de expediente ou pelo e-mail licitacao@santaritademinas.mg.gov.br
2.2 As respostas do Pregoeiro quanto às dúvidas e questionamentos suscitados serão respondidas por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias e devidamente publicadas na imprensa oficial local bem como no site https://licitar.digital/ para conhecimento dos interessados.
2.3 Quando o questionamento implicar alteração de condição básica da licitação, o Edital será revisto e o prazo de apresentação das propostas será reaberto.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES.

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados junto ao endereço eletrônico https://licitar.digital/ que atendam a todas as exigências contidas neste Edital, com ramo de atividade compatível com o objeto, inclusive quanto ao disposto nos seus anexos;

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 É de responsabilidade da empresa licitante a obtenção das licenças e autorizações a que se refere o inciso I do § 5º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for o caso.

3.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão participar deste pregão**:**

3.5.1 Licitantes suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.5.2 Licitante declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.5.3 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.5.4 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

3.5.5 Licitante cujo estatuto ou Contrato social não inclua o objeto deste pregão**;**

3.5.6 Licitante que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

3.5.7 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.5.8 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.5.9 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados

3.5.10 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.5.11 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si.

3.5.12 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.5.13 Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato Agente Público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/21.

3.7 O Impedimento de que trata o item 3.5.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A vedação de que trata o item 3.5.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de EQUIPE DE APOIO, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9 É expressamente vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão licitante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme disposto no § único do inciso VI do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.10 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro não mais serão admitidos novos proponentes junto ao certame.

4. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NAS CONDIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

4.1 Ao licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de Pequeno Porte ou equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, será concedido o tratamento favorecido, nos termos dos art. 42 a 49 do mesmo diploma legal.

4.2 Na forma da legislação vigente, os licitantes para obterem o tratamento diferenciado deverão comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mediante a apresentação de:

4.2.1 Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, ou declaração equivalente inerente à empresa participante;

4.2.2 Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou declaração equivalente inerente à empresa participante

4.3 O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

5.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

5.2.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a Proposta apresentada está em conformidade com o Edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

5.2.3 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.2.4 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

5.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

5.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5 A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.2 ao 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

5.8 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.9 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

6. DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Especificação detalhada dos produtos conforme objeto do Edital;

6.1.2 Preços unitários e totais, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais;

6.1.3 Marca dos produtos ofertados à Administração;

6.2 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”

6.3 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema, mediante cadastro prévio no sistema

6.4 A simples participação da licitante concorrente neste certame implica que:

6.4.1 Foram aceitas todas as condições estabelecidas neste pregão;

6.4.2 Que a apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.4.3 Compromete-se a executar o objeto desta licitação em total conformidade com as especificações deste Edital.

6.4.4 No preço estão computadas todas as despesas administrativas tais como: salários e encargos sociais, de acordo com a legislação trabalhista, seguros, fretes, taxas, impostos e demais encargos incidentes;

6.5 O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contado da data de julgamento do certame.

6.6 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias poderá ser solicitada prorrogação de validade a todos os licitantes classificados, caso persista o interesse do município.

6.6.1 A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento do licitante, sendo liberado do compromisso em caso de recusa.

6.7 Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da formulação de sua proposta comercial, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer condições esculpidas no Edital, seja no aspecto jurídico, técnico ou comercial.

6.8 O licitante poderá apresentar proposta referente ao(s) lote(s)/item(s) que for(em) de seu interesse, devendo esta(s) e os lances referirem-se à integralidade de seu objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial do objeto do lote, quando for o caso.

6.9 O Município de Santa Rita de Minas, MG, efetuará as retenções relativas aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, nos termos da legislação vigente.

6.9.1 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses

6.10 Será desclassificada a proposta comercial que:

6.10.1 Não se refira à integralidade do objeto;

6.10.2 Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;

6.10.3 Tenha suas amostras ou folders (quando for o caso) considerados em desacordo com as especificações deste Edital e da legislação aplicável, por meio de parecer técnico emitido pelo município de Santa Rita de Minas, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, em relação aos itens

6.11 O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado na sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, com endereço à Rua Altivo Marçal nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, CEP 35.326- .

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados poderá ensejar a responsabilização pela Administração e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

6.12.1 Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição;

6.12.2 Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do Contrato.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, onde o Pregoeiro primeiramente verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do Edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo e classificadas as que estiverem em acordo.

7.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE IDENTIFIQUE O LICITANTE.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 A desistência da proponente em ofertar lances, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará em exclusão da disputa, restando sua última oferta registrada para fins de classificação definitiva.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá obedecer ao intervalo mínimo de ~~1%(um por cento)~~.

7.9.1 Excepcionalmente, o pregoeiro poderá, conforme o caso, vislumbrada vantajosidade para a Administração alterar o intervalo mínimo de lances da disputa dispensando o intervalo em porcentagem e adotando o critério de menor preço.

7.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo previsto pelo sistema, na hipótese de lance inconsistente, inexequível ou puramente erro material.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração máxima de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.1 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.3 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, poderá facultativamente admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.4 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, podendo ser remarcada posteriormente mediante publicações no sítio eletrônico do órgão.

7.16 Encerrada a etapa de lances, caso o pregoeiro entenda que há indícios de inexequibilidade nos preços, fixará prazo para que a licitante, cuja proposta melhor classificada e registrada, elabore demonstrativos que justifiquem a exequibilidade na formação de seu preço por meio de planilha de custos devidamente fundamentada, que evidenciem a possibilidade do cumprimento da proposta, sujeita a exame e aceitabilidade pelo pregoeiro, sob pena de não ser proclamada vencedora

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A proposta mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, nesta ordem:

7.19.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2 Empresas brasileiras;

7.20.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

8. DA NEGOCIAÇÃO.

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.1.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 05 (cinco) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.1.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.2 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de negociação e julgamento da proposta.

8.3 Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.4 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, legislação correlata e cláusula segunda do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

9.1 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e sua compatibilidade com as especificações técnicas do objeto.

9.2 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.4.1 Contiver vícios insanáveis;

9.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.5, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.5.2 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.5.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10. DA AMOSTRA.

10.1 A Administração Municipal reserva-se o direito, caso julgue necessário, de solicitar das empresas provisoriamente vencedoras a apresentação de amostras dos produtos que se dispuserem a fornecer ao município no mesmo prazo definido para entrega. A análise da amostra será efetuada pelo setor requisitante ou por seu corpo técnico.

10.2 A amostra de produto que apresentar problemas de natureza técnica e/ou descritiva ou que, comprometa a qualidade, eficiência e economicidade, será imediatamente recusada, mesmo que possua todas as especificações exigidas neste Edital. Nestas circunstâncias, a Administração reserva-se o direito de convocar os licitantes remanescentes em caso de inércia da licitante em trocar os produtos.

10.3 A amostra deverá ser enviada juntamente com a embalagem original do objeto, a fim de que possamos aferir com precisão a especificação do objeto, quando for o caso.

10.4 A amostra que obtiver aprovação poderá (a critério da Administração) efetivamente ser adquirida.

10.5 As amostras rejeitadas deverão ser RETIRADAS da Seção de Almoxarifado, no prazo máximo de 10 dias, contados da apresentação. Caso contrário, serão consideradas abandonadas.

10.6 A licitante vencedora ficará responsável por todos os tributos, custos e demais despesas, a fim de que o material objeto do presente certame seja entregue, inclusive todas as despesas provenientes das amostras

10.7 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os licitantes.

10.8 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.9 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.10 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Sob pena de inabilitação e desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante da proposta de preços, exceto no caso das filiais em que as certidões são emitidas com CNPJ da matriz.

11.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por extração via internet, por cópia ou por declaração de autenticidade emitida por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

11.2.1 Os atos serão preferencialmente digitais, de modo a permitir a comunicação, armazenamento e validação por meio eletrônico;

11.2.2 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11.3 O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitar-se no presente processo:

11.4 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.4.1 Ato constitutivo (Contrato Social, Requerimento de Empresário, Estatuto e outros) com sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente. Em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.4.1.1 Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou substituídos pela consolidação respectiva;

11.4.1.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

11.4.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.5.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

11.5.2 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei

11.5.2.1 Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal do Brasil, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais, às Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212/91 e à Dívida Ativa da União, ou distinta, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;

11.5.2.2 Faz parte da regularidade para com a Fazenda Estadual a apresentação da Certidão de Quitação dos Tributos Tributários Estaduais ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos ao domicílio ou sede do licitante;

11.5.2.3 Faz parte da regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante a apresentação de Certidão Negativa de Quitação de Débitos ou Positiva com efeitos de negativa emitida pela Secretaria Municipal competente;

11.5.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei mediante apresentação de Certificado de Regularidade (CRF do FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

11.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

11.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

11.6.1 Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha a licitante fornecido produtos iguais ou similares ao objeto desta licitação, ou seja, sejam compatíveis em características, quantidades e prazos (art. 67, II) e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto da licitação podendo ser apresentados atestados para itens isolados, que atestem o desempenho da proponente quanto à qualidade dos produtos e o cumprimento dos prazos de execução.

11.7 DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

11.7.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.7.2 Declaração conjunta, conforme ***Anexo III***;

11.8 Os licitantes terão o prazo máximo de 30 minutos para vincular os documentos de habilitação ao certame sob pena de serem considerados inabilitados, podendo haver prorrogação a critério da autoridade condutora do certame.

11.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.10 O Pregoeiro e a EQUIPE DE APOIO poderão efetuar consultas ao site dos órgãos emissores para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos documentos extraídos pela internet, para fins de habilitação.

11.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

11.12 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.13 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.14 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

11.16 A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11.16.1 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

11.16.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

11.16.3 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação ou documento equivalente e não como condição para participação na licitação.

11.17 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.

11.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

11.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.19 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado a classificação do certame.

11.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o sub-item anterior.

12. DA VISTORIA.

12.1 Não se exigirá que a licitante realize vistoria do local de entrega e execução do objeto licitado devido à sua característica.

13. DAS PENALIDADES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 Não assinar o Contrato, Ata de Registro de Preços e/ou não receber a Ordem de Fornecimento dentro de até 10 (dez) dias a contar da intimação do ato;

13.1.1.1 Decairá ao direito de gozo ao resultado da licitação o licitante que não proceder as exigências contidas no item 13.1.1, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e em lei.

13.1.1.2 O prazo previsto no item 13.1.1 poderá ser dilatado, desde que a licitante vencedora apresente as devidas justificativas aceitas pela Administração.

13.1.1.3 Caso não haja assinatura do instrumento competente a Administração convocara os licitantes remanescentes na ordem de classificação, aplicando para tanto as diretrizes contidas no §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.1.2 Apresentar documentação falsa;

13.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

13.1.4 Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
13.1.5 Não mantiver sua proposta;
13.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
13.1.7 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
13.1.8 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
13.1.9 Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la falsificada ou deteriorada;
13.1.10 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
13.1.11 Fraudar a licitação;
13.1.12 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
13.1.13 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
13.1.14 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
13.1.15 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
13.2 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:
13.2.1 Advertência;
13.2.2 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado;
13.2.3 Impedimento de licitar e contratar e;
13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
13.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado;
13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.2, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.11, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado;
13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa
13.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
13.8 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
13.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

14. DOS RECURSOS

14.1 A licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso. O recurso será redigido em computador, contendo nome empresarial, número do CNPJ e endereço da licitante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

14.2 O tempo máximo para manifestação da intenção de recurso será de 05 minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo, motivadamente

14.3 O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

14.4 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.5 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, exercendo, para tanto, seu poder direito de juízo de admissibilidade.

14.6 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.7 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/21, fica a vista dos autos franqueada ao licitante tão somente dos elementos indispensáveis à defesa de seu interesse.

14.8 As intenções de recurso não admitidas ou rejeitados pelo pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

14.9 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10 Os recursos ou pedidos de reconsideração contra a decisão do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

15. DA IMPUGNAÇÃO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a realização do certame, as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso

15.2.1 Resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pela licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e

comprovante do poder de representação legal (Contrato social, se sócio; Contrato social e procuração, se procurador; somente procuração, se pública).

15.4 O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.5 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na sala da Comissão de Licitação, à Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, CEP 35.326- .

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 O objeto será adjudicado e homologado pela autoridade máxima do órgão às licitantes vencedoras dos lotes ou itens, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação será efetuada quando decisão da peça jurídica

16.2 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para retirar a nota de empenho, assinar o instrumento de Contrato ou Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3 O prazo para retirada da nota de empenho, assinatura do instrumento de Contrato ou Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17. DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

17.1 O fornecimento que compreende o objeto deste Edital será eventualmente executado pela Administração durante a vigência da ata de “Registro de Preços”.

17.2 Os licitantes deverão ter atenção quanto ao prazo de entrega para que não traga transtorno aos setores administrativos requisitantes que demandam o fornecimento do objeto, uma vez que ocorrendo atraso na entrega acarretará prejuízos à Administração Municipal, sujeitando o proponente infrator às penalidades previstas neste Edital e no instrumento de Ata de Registro de Preços / Contrato, ficando os mesmos cientes de que os pedidos serão realizados parceladamente, mediante a demanda e necessidade de cada secretaria, sem que a licitante vencedora possa impor valor ou volume mínimo para cada pedido. Em cada ordem de fornecimento estará estabelecido o quantitativo e a especificação de cada produto, não podendo a empresa estabelecer valor mínimo de fatura ou pedido mínimo para entrega. As ordens de fornecimento serão expedidas sempre que surgir a necessidade.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG de acordo com a efetiva entrega por parte da contratada, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

18.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

18.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.4 Para efeito de pagamento serão observados os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à contratada.

19. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 Os recursos orçamentários para suportar as despesas eventualmente contraídas, estão consignados no orçamento próprio do município, compatível com o objeto do certame.

20. DO FÓRUM

20.1 As questões decorrentes deste certame, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Caratinga com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O presente processo somente poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou, anulado no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21, quando for o caso.

21.3 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais e/ou materiais observadas na documentação e proposta de forma a ampliar a competitividade do certame e a selecionar a proposta mais vantajosa, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura do certame, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.4 Ocorrendo o descumprimento das obrigações assumidas pela vencedora do certame, o objeto poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação e de acordo com as propostas apresentadas.

21.5 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação relativa ao presente Edital.

21.6 Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceitado sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, arguir falhas e irregularidades no processo;

21.7 No exclusivo interesse do município, este poderá emitir tantas Ordens de Fornecimentos, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício que se façam necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos;

21.8 O objeto deste certame, observados os requisitos legais, em especial aos ditames previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ser prorrogado no interesse exclusivo da Administração municipal.

21.9 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto sem o expresso consentimento da Administração, bem como a participação de estranhos ao processo licitatório, exceto nos casos de atendimentos às diretrizes da LC nº 123/2006.

21.10 Os casos omissos não tratados neste Edital serão resolvidos à luz das regras previstas na Lei Federal 14.133/21

JACQUES DORIGHETO:14906353789
Data: 2026.11.16 10:44:42-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Jacques Dorigheto
Pregoeiro

ANEXO I – NORMASESPECÍFICAS
TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto selecionar proposta para Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de livros paradidáticos ilustrados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino, conforme descrições contidas nos anexos deste Edital.

1.2 As marcas, porventura mencionadas, poderão ser substituídas por similares, desde que não comprometam a qualidade dos produtos;

1.3 O objeto ora licitado poderá ser utilizado, pela Administração municipal, em todas as suas Secretarias e Departamentos no corrente exercício bem como no exercício seguinte, enquanto perdurar a validade da Ata de Registro de Preços.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

2.1 A aquisição se justifica para fortalecer os recursos pedagógicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, mediante a aquisição de livros paradidáticos ilustrados destinados ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino. A demanda compreende o fornecimento de 11.000 (onze mil) exemplares, distribuídos em 32 (trinta e dois) títulos distintos, contemplando conteúdos relacionados à formação leitora, à alfabetização inicial, ao desenvolvimento cognitivo, à educação ambiental, à inclusão, à convivência social, à formação de valores e à utilização consciente das tecnologias digitais, buscando proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. A necessidade da aquisição fundamenta-se na importância de assegurar aos estudantes o acesso a materiais literários e educativos diversificados, capazes de complementar os recursos didáticos utilizados regularmente nas atividades escolares. Os livros paradidáticos constituem instrumentos relevantes para a ampliação das experiências de aprendizagem, pois permitem abordar diferentes conhecimentos por meio de narrativas, ilustrações, personagens e situações contextualizadas, favorecendo a compreensão de conceitos e a construção de relações entre os conteúdos trabalhados e as experiências vivenciadas pelos estudantes. A disponibilização de obras com diferentes temáticas busca contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, considerando que o processo educacional não se limita à aquisição de conhecimentos relacionados à leitura e à escrita, abrangendo também a formação de atitudes, valores, habilidades cognitivas, competências sociais e comportamentos necessários à convivência em sociedade. Nesse contexto, os materiais pretendidos deverão atuar como recursos complementares às atividades desenvolvidas pelos professores, possibilitando a organização de experiências pedagógicas diversificadas e adequadas às características dos estudantes atendidos. A aquisição também se justifica pela necessidade de estimular o interesse pela leitura desde os primeiros anos de escolarização, proporcionando contato frequente com publicações ilustradas, de linguagem acessível e com conteúdos próximos ao universo infantil. A familiarização com os livros contribui para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da oralidade, da capacidade de interpretação e da ampliação do vocabulário, constituindo elemento importante para a formação progressiva de leitores. Os materiais paradidáticos apresentam relevância por possibilitarem a utilização de estratégias de ensino que associem leitura, observação, interpretação de imagens, rodas de conversa, atividades coletivas e experiências práticas. A diversidade de abordagens permite que os professores organizem propostas pedagógicas que considerem diferentes formas de participação e aprendizagem, favorecendo o envolvimento dos estudantes e a construção de conhecimentos de maneira contextualizada. No campo da educação ambiental, a aquisição da obra destinada à abordagem da limpeza e da preservação dos espaços, representada pelo título Cecília e seu mundo limpinho e sem

lixo, busca contribuir para o desenvolvimento de hábitos relacionados ao cuidado com o ambiente, à organização dos espaços coletivos e à destinação adequada dos resíduos. A utilização desse material poderá favorecer atividades que estimulem a compreensão da responsabilidade individual e coletiva na conservação dos ambientes escolares, familiares e comunitários. A educação ambiental constitui tema relevante para a formação cidadã, considerando a necessidade de desenvolver, desde a infância, atitudes relacionadas à preservação dos recursos naturais, à redução de desperdícios e ao respeito ao meio ambiente. A abordagem dessas questões por meio de narrativas ilustradas poderá facilitar a compreensão de situações cotidianas e incentivar a participação das crianças em práticas educativas relacionadas à sustentabilidade. A obra Cecília, a menina que ama a bandeira do Brasil apresenta potencial de utilização em atividades relacionadas ao conhecimento dos símbolos nacionais, à identidade cultural e à formação de valores de pertencimento e respeito à coletividade. A disponibilização desse recurso busca ampliar as possibilidades de abordagem de temas relacionados à cidadania, permitindo que os professores desenvolvam experiências adequadas à faixa etária dos estudantes e ao contexto educacional. No desenvolvimento das primeiras habilidades matemáticas, a aquisição dos títulos Cecília e as formas geométricas, Cecília descobrindo as cores e Cecília e os números mágicos justifica-se pela importância de proporcionar experiências que favoreçam o reconhecimento de formas, cores, quantidades e relações presentes no cotidiano. A utilização de livros ilustrados poderá complementar as atividades práticas realizadas em sala de aula, permitindo que as crianças identifiquem elementos matemáticos em situações representadas por imagens e narrativas. Esses materiais poderão contribuir para o desenvolvimento da percepção visual, da capacidade de comparação, da classificação e do raciocínio lógico inicial, especialmente quando utilizados em conjunto com brincadeiras, jogos e atividades de exploração. A abordagem dos conceitos matemáticos por meio de histórias e ilustrações busca favorecer a construção progressiva de conhecimentos, respeitando as características do desenvolvimento infantil e evitando a utilização exclusivamente mecânica de procedimentos de aprendizagem. A aquisição da obra Cecília e seus conhecimentos de trânsito apresenta relevância para o desenvolvimento de atividades relacionadas à educação para o trânsito, à identificação de situações de risco e à compreensão de comportamentos seguros nos deslocamentos cotidianos. O material poderá auxiliar os professores na abordagem de temas como circulação de pedestres, respeito à sinalização, atenção aos veículos e responsabilidade coletiva na utilização dos espaços públicos. A educação para o trânsito, quando desenvolvida de maneira compatível com a idade dos estudantes, contribui para a formação de atitudes preventivas e para a compreensão da importância das regras de convivência e segurança. A utilização de recursos ilustrados poderá facilitar a identificação de situações presentes no cotidiano das crianças, favorecendo a associação entre os conhecimentos trabalhados e suas experiências familiares e comunitárias. A contratação contempla, ainda, cinco obras da coleção Alice descobrindo os sentidos, destinadas à abordagem da visão, audição, tato, paladar e olfato. A disponibilização desses títulos justifica-se pela importância de ampliar as experiências relacionadas ao conhecimento do corpo humano, à percepção sensorial e à compreensão das diferentes formas pelas quais as pessoas interagem com o ambiente. Os materiais poderão apoiar atividades de observação, investigação e identificação de estímulos sensoriais, permitindo que os estudantes reconheçam características dos objetos, dos alimentos, dos sons e dos ambientes. A utilização das obras deverá favorecer a integração entre leitura, exploração e experiências práticas, contribuindo para o desenvolvimento da curiosidade, da percepção e da capacidade de estabelecer relações entre o corpo e o meio. A abordagem dos sentidos humanos também poderá contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito às diferenças individuais, considerando que as pessoas apresentam distintas condições e formas de percepção. A utilização pedagógica desses conteúdos poderá favorecer discussões adequadas à infância sobre acessibilidade, diversidade e valorização das diferentes maneiras de participação nas atividades cotidianas. No campo do conhecimento da natureza e dos seres vivos, a demanda contempla os títulos Conhecendo os animais dos rios, Conhecendo os animais dos mares, Conhecendo os animais das florestas, Conhecendo os animais que voam e Conhecendo os animais da África. A aquisição dessas obras busca ampliar as possibilidades de desenvolvimento de atividades relacionadas à biodiversidade, aos

diferentes ambientes naturais e às características dos animais. A utilização desses livros poderá favorecer a identificação de espécies, a observação de características físicas, a comparação de ambientes e a compreensão inicial das relações existentes entre os seres vivos e seus habitats. As ilustrações e narrativas poderão despertar o interesse das crianças pelo conhecimento da fauna e pela preservação dos ecossistemas, contribuindo para a formação de atitudes de respeito à natureza. A diversidade dos ambientes contemplados nas obras apresenta relevância pedagógica, pois permite ampliar o repertório de conhecimentos dos estudantes para além dos animais e paisagens presentes em seu cotidiano. A abordagem de espécies associadas a rios, mares, florestas e outros ambientes poderá estimular a curiosidade, a investigação e a formulação de perguntas, favorecendo a construção progressiva de conhecimentos sobre o mundo natural. A aquisição também compreende cinco títulos da coleção Onde Estou?, relacionados às vogais A, E, I, O e U. Esses materiais apresentam importância para o desenvolvimento das primeiras experiências de reconhecimento das letras, identificação de elementos da linguagem escrita e ampliação da consciência sobre os sons e símbolos utilizados na comunicação. A utilização dos livros poderá favorecer atividades de identificação visual das vogais, associação entre letras e palavras, observação de imagens e exploração de situações relacionadas à linguagem oral e escrita. Tais experiências deverão ser desenvolvidas de acordo com a etapa de ensino e as características dos estudantes, respeitando os objetivos pedagógicos correspondentes e a progressividade do processo de alfabetização. A disponibilização dos títulos relacionados às vogais também permitirá diversificar os recursos utilizados pelos professores no desenvolvimento de atividades de linguagem, evitando a dependência exclusiva de exercícios repetitivos ou descontextualizados. A utilização de histórias, ilustrações e propostas de interação poderá contribuir para despertar o interesse das crianças pelas letras e pelos elementos da escrita, favorecendo sua familiarização com diferentes formas de representação da linguagem. No âmbito da inclusão educacional, a aquisição da obra A história de Quim, o menino autista justifica-se pela importância de proporcionar recursos que favoreçam a abordagem do respeito às diferenças, da convivência e da compreensão da diversidade humana. A utilização desse material poderá contribuir para o desenvolvimento de atividades que estimulem atitudes de acolhimento, empatia e valorização das características individuais. A contratação contempla, ainda, os títulos Meu amiguinho diferente: ser diferente é legal e Meu amiguinho diferente: somos diferentes, mas somos iguais!, que poderão apoiar experiências pedagógicas relacionadas à inclusão, ao respeito mútuo e à convivência entre crianças com diferentes características e necessidades. Esses recursos buscam contribuir para a construção de um ambiente escolar acolhedor, no qual as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas. A abordagem dessas temáticas desde a infância apresenta relevância para a prevenção de comportamentos discriminatórios e para o fortalecimento das relações interpessoais. A utilização de narrativas ilustradas poderá facilitar a compreensão de situações relacionadas à diversidade, permitindo que os professores promovam conversas e atividades voltadas à valorização da dignidade humana, à solidariedade e à participação de todos os estudantes. No campo da formação ética e social, a demanda contempla cinco obras da coleção O verdadeiro valor, relacionadas à amizade, gratidão, obediência, respeito e responsabilidade. A aquisição desses materiais busca ampliar os recursos disponíveis para o desenvolvimento de atividades que abordem comportamentos, atitudes e relações necessárias à convivência nos ambientes escolar, familiar e comunitário. A obra relacionada à amizade poderá contribuir para a abordagem de situações envolvendo cooperação, companheirismo, solidariedade e construção de vínculos interpessoais. O desenvolvimento dessas experiências apresenta importância para a formação social das crianças, considerando que a convivência escolar exige o reconhecimento das necessidades dos outros, o respeito às diferenças e a participação em atividades coletivas. O título relacionado à gratidão poderá ser utilizado em propostas que estimulem o reconhecimento de atitudes de cuidado, colaboração e apoio presentes nas relações cotidianas. A abordagem desse tema busca favorecer a valorização das interações humanas e a compreensão da importância do respeito e da consideração pelas pessoas que integram o ambiente familiar, escolar e comunitário. A obra destinada à responsabilidade apresenta relevância para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao cumprimento de compromissos, ao cuidado com os materiais escolares, à organização dos espaços e

à compreensão das consequências das próprias atitudes. A utilização desse recurso poderá favorecer a construção progressiva da autonomia e da consciência sobre a participação individual na organização da vida coletiva. Os títulos relacionados ao respeito e à obediência poderão apoiar atividades voltadas à compreensão de regras de convivência, limites, direitos e deveres, observando uma abordagem pedagógica compatível com os princípios da dignidade humana, do diálogo e da formação da autonomia. A utilização dessas obras deverá favorecer a compreensão da importância das regras legítimas de convivência, sem prejuízo do desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de expressão das crianças. A demanda contempla também a obra Do boneco: por que obedecer?, que poderá complementar as atividades relacionadas à compreensão das regras, à convivência e à responsabilidade individual. Sua utilização deverá ser orientada pelos objetivos pedagógicos estabelecidos, permitindo a abordagem de situações cotidianas que envolvam escolhas, consequências, diálogo e respeito mútuo. Outro aspecto relevante da contratação refere-se à aquisição dos títulos Uso de telas na primeira infância e Vamos brincar! Sai do celular!, destinados à abordagem de questões relacionadas à utilização de dispositivos eletrônicos e à valorização das brincadeiras e experiências presenciais durante a infância. A inclusão dessas obras na demanda demonstra a necessidade de disponibilizar instrumentos pedagógicos que permitam discutir os hábitos relacionados ao uso de tecnologias digitais. A crescente presença de celulares, tablets, televisores e outros dispositivos eletrônicos no cotidiano das crianças torna relevante a abordagem educacional sobre a utilização equilibrada dessas tecnologias. Os materiais poderão apoiar atividades que estimulem a reflexão sobre a importância das brincadeiras, das interações sociais, das atividades físicas e das experiências realizadas fora dos ambientes digitais. A utilização dessas obras deverá contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas relacionadas ao uso consciente das tecnologias, respeitando as características de cada faixa etária e evitando abordagens que desconsiderem as possibilidades pedagógicas dos recursos digitais. Pretende-se favorecer a compreensão da importância do equilíbrio entre diferentes formas de aprendizagem, lazer e interação, valorizando experiências essenciais ao desenvolvimento infantil. A diversidade temática dos 32 títulos apresenta relevância para a organização de projetos pedagógicos interdisciplinares, considerando a possibilidade de relacionar literatura infantil a conhecimentos sobre linguagem, matemática, natureza, cidadania, convivência e tecnologias. A utilização integrada das obras poderá contribuir para ampliar as estratégias de ensino, permitindo que os professores desenvolvam atividades relacionadas a diferentes objetivos educacionais. A aquisição também busca proporcionar melhores condições para a realização de rodas de leitura, contação de histórias, atividades de interpretação de imagens, produção oral, dramatizações e outras experiências que favoreçam a participação dos estudantes. Essas práticas poderão contribuir para o desenvolvimento da comunicação, da imaginação e da capacidade de expressão, fortalecendo a relação das crianças com os livros e com os conhecimentos apresentados. A disponibilização de materiais paradidáticos ilustrados apresenta importância especialmente para estudantes que se encontram em processo inicial de desenvolvimento da linguagem e de familiarização com a leitura. As imagens, os personagens e as situações narrativas poderão funcionar como elementos de mediação pedagógica, favorecendo a compreensão dos conteúdos e permitindo diferentes formas de participação nas atividades. A utilização dos livros também poderá contribuir para a identificação de interesses, dificuldades e necessidades de aprendizagem, permitindo que os professores observem a participação dos estudantes, suas manifestações orais, suas interpretações e suas interações com os conteúdos apresentados. Essas observações poderão subsidiar o planejamento de novas atividades e a adequação das estratégias pedagógicas às características das turmas. Sob a perspectiva da inclusão, a diversidade de temas e recursos visuais poderá favorecer a organização de experiências acessíveis a estudantes com diferentes necessidades educacionais, mediante a adoção das adaptações metodológicas pertinentes. A utilização dos materiais deverá considerar as condições individuais de participação, assegurando que as atividades sejam desenvolvidas de maneira acolhedora e compatível com os princípios da educação inclusiva. A contratação contempla quantitativos diferenciados entre os títulos, com previsão de 100 (cem) ou 750 (setecentos e cinquenta) exemplares por obra, conforme a relação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação. Essa distribuição deverá atender ao

planejamento da rede municipal, considerando as necessidades de disponibilização dos materiais e sua utilização nas atividades educacionais. A definição dos quantitativos deverá manter correspondência com a demanda efetivamente identificada, de modo a evitar aquisições superiores às necessidades e assegurar o aproveitamento dos recursos públicos. A aquisição de 11.000 (onze mil) exemplares busca proporcionar condições para a disponibilização dos livros nas unidades escolares, conforme a organização estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação. A distribuição deverá observar o público atendido, as finalidades pedagógicas de cada obra e as necessidades das turmas, assegurando que os materiais sejam utilizados de maneira efetiva e compatível com os objetivos da contratação. No aspecto administrativo, a contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar materiais com características editoriais adequadas à utilização escolar, considerando a qualidade da impressão, a legibilidade dos textos, a apresentação das ilustrações, a resistência da encadernação e as condições de conservação dos exemplares. A observância dessas características busca assegurar a funcionalidade dos produtos e sua utilização durante o período previsto, reduzindo perdas decorrentes de deterioração prematura. A disponibilização dos livros também poderá contribuir para o fortalecimento das práticas de incentivo à leitura desenvolvidas pela rede municipal, mediante a ampliação das possibilidades de utilização de obras literárias e educativas nas atividades escolares. O contato frequente com diferentes títulos e temáticas poderá favorecer a formação de hábitos leitores e ampliar o repertório cultural dos estudantes. A necessidade da contratação encontra respaldo no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, bem como no art. 206, inciso VII, que prevê a garantia de padrão de qualidade do ensino. A disponibilização de recursos pedagógicos adequados constitui medida destinada ao fortalecimento das condições de oferta da educação pública, contribuindo para a concretização dessas diretrizes constitucionais. A Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também fundamenta a importância da organização das práticas pedagógicas e da disponibilização dos meios necessários ao desenvolvimento do ensino. A aquisição pretendida deverá contribuir para a realização das finalidades educacionais estabelecidas na legislação, especialmente quanto ao desenvolvimento dos estudantes, à formação para a cidadania e à ampliação das condições de aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui referência para a utilização pedagógica dos materiais, considerando a possibilidade de desenvolver experiências relacionadas à linguagem, à comunicação, à investigação, à convivência, à valorização da diversidade e à compreensão do mundo natural e social. A seleção e a utilização dos livros deverão observar os objetivos de aprendizagem correspondentes às etapas de ensino atendidas, respeitando as características dos estudantes e o planejamento curricular da rede municipal. A contratação também deverá observar os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da competitividade e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando que os materiais adquiridos correspondam às necessidades educacionais identificadas. As especificações técnicas deverão guardar relação com a finalidade pedagógica da aquisição, evitando exigências desnecessárias ou restrições injustificadas à participação de fornecedores. Diante dessas considerações, a aquisição dos livros paradidáticos ilustrados apresenta justificativa fundamentada na necessidade de ampliar os recursos educacionais disponíveis à rede municipal de ensino de Santa Rita de Minas/MG, fortalecer as práticas de incentivo à leitura e proporcionar experiências pedagógicas diversificadas. A disponibilização das 32 obras, contemplando conteúdos relacionados à alfabetização inicial, ao conhecimento da natureza, à educação ambiental, à inclusão, aos valores sociais, à cidadania e ao uso consciente das tecnologias, busca contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, a ampliação de seu repertório de conhecimentos e o aprimoramento das condições de ensino e aprendizagem nas unidades escolares do Município. A escolha pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS **“SRP”** está amparada no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2 A aquisição por meio de processo licitatório decorre da observância dos princípios da impessoalidade, eficiência, moralidade, legalidade e do interesse público.

2.3 Com esta aquisição, a Administração atingirá o objetivo desejado, que é a oferta de um atendimento de qualidade e eficiência junto aos munícipes, sem perder o horizonte da economicidade, selecionando propostas aptas para atingir o resultado desejado

3 DOS CRITÉRIOS DE FATURA E PAGAMENTO.

3.1 As faturas serão emitidas em reais.

3.2 Como condição de pagamento, a licitante deverá manter-se durante a execução do Contrato, Ata de Registro de Preços ou qualquer outro documento hábil todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

3.3 Os pagamentos à licitante somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pelo fiscal do Contrato ou órgão requisitante.

3.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

3.5 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, será a mesma devolvida a licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo estipulado o prazo de 20 dias contado a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício, para efeito de pagamento.

3.6 O pagamento devido pelo município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela licitante ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

3.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da licitante sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato, Ata de Registro de Preços ou equivalente.

3.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

4 DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1 O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2 O local de entrega dos produtos será a Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, mediante envio da Ordem de Fornecimento na qual constarão todas as condições de entrega. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva ordem. Todas as despesas inerentes ao fornecimento correrão por conta da empresa sem nenhum ônus ao município, sendo reservada ao município a prerrogativa de efetuar pedidos fracionados sem obrigatoriedade de quantitativos mínimos ou máximos.

4.3 A execução da contratação consistirá no fornecimento de livros paradidáticos novos, sem utilização anterior, destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas nas unidades escolares da rede municipal de ensino. Os exemplares deverão corresponder rigorosamente aos títulos relacionados na demanda, observando as características de autoria, ISBN, quantidade de páginas, dimensões, tipo e gramatura do papel, impressão, acabamento e demais especificações técnicas estabelecidas pela Administração Municipal.

4.4 A empresa contratada será responsável por todas as providências necessárias ao fornecimento dos materiais, incluindo aquisição, preparação, separação, embalagem, acondicionamento, transporte, carregamento, descarregamento e entrega no local indicado. Todas as despesas decorrentes dessas atividades, inclusive tributos, encargos, fretes e demais custos operacionais, deverão estar compreendidas no preço contratado, não sendo admitida cobrança adicional ao Município.

4.5 Os livros deverão ser entregues devidamente separados e identificados por título, de modo a facilitar a conferência dos quantitativos e das características de cada obra. O acondicionamento deverá permitir a identificação dos materiais sem necessidade de manuseio excessivo dos exemplares,

contribuindo para a organização do recebimento e para a preservação das condições físicas das publicações.

4.6 O fornecimento deverá observar a distribuição quantitativa estabelecida para os 32 títulos, incluindo os itens com previsão de 100 (cem) exemplares e aqueles com previsão de 750 (setecentos e cinquenta) exemplares, conforme a relação constante da demanda. A contratada deverá assegurar que as quantidades efetivamente entregues correspondam às estabelecidas na autorização de fornecimento, não sendo admitidas alterações unilaterais ou substituições que comprometam a composição da aquisição.

4.7 As obras deverão apresentar correspondência integral com os títulos especificados, especialmente quanto à identificação bibliográfica e às características editoriais exigidas. A indicação do ISBN deverá ser utilizada como elemento de identificação da publicação, em conjunto com a autoria, o título, a edição e as demais informações técnicas pertinentes, permitindo verificar a conformidade dos exemplares apresentados.

4.8 A contratada deverá observar as especificações de formato e dimensões de cada publicação, considerando que tais características integram a identificação técnica dos materiais pretendidos. Os exemplares deverão apresentar medidas compatíveis com aquelas estabelecidas para os respectivos títulos, não sendo admitidas alterações que descaracterizem os produtos ou comprometam sua adequação às atividades pedagógicas.

4.9 Quanto à qualidade gráfica, os livros deverão apresentar impressão nítida, textos legíveis, ilustrações com definição adequada e reprodução satisfatória das cores, observadas as características previstas para cada obra. A qualidade da impressão deverá permitir a adequada visualização dos elementos textuais e ilustrativos, considerando que os materiais serão utilizados em atividades educacionais destinadas ao público infantil.

4.10 Os tipos de papel e as respectivas gramaturas deverão corresponder às especificações técnicas de cada item, assegurando condições adequadas de resistência, manuseio e apresentação. Os materiais deverão apresentar acabamento compatível com sua finalidade, incluindo as características de verniz, dobra, grampeamento ou outros procedimentos editoriais expressamente previstos nas descrições dos produtos.

4.11 A encadernação deverá apresentar resistência suficiente para a utilização escolar, evitando desprendimento de páginas, separação da capa ou deterioração prematura decorrente do manuseio regular. Os exemplares deverão estar completos, sem páginas ausentes, repetidas indevidamente, invertidas ou apresentadas em sequência incompatível com a publicação especificada.

4.12 Não serão aceitos livros com rasgos, manchas, amassamentos excessivos, falhas de impressão, defeitos de acabamento, páginas soltas ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua apresentação, integridade ou utilização pedagógica. A contratada deverá adotar procedimentos adequados de controle de qualidade antes da entrega, assegurando que os produtos fornecidos apresentem condições compatíveis com as exigências estabelecidas.

4.13 A composição da aquisição contempla obras relacionadas à educação ambiental, ao conhecimento dos símbolos nacionais, às primeiras noções matemáticas, à educação para o trânsito, ao reconhecimento dos sentidos humanos, ao conhecimento dos animais e da natureza, à identificação das vogais, à inclusão educacional, à formação de valores e à utilização consciente das tecnologias digitais. A contratada deverá fornecer os títulos correspondentes a essas temáticas conforme a relação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, preservando a identidade editorial e as características das publicações especificadas.

4.14 A substituição de títulos, autores, edições ou características técnicas somente poderá ocorrer mediante avaliação e autorização expressa da Administração Municipal, quando juridicamente admissível e desde que não haja prejuízo à finalidade pedagógica da contratação. Não será permitida a entrega unilateral de obras consideradas semelhantes pela contratada, ainda que abordem assuntos relacionados, sem a devida análise de conformidade com as condições estabelecidas.

4.15 Os materiais deverão apresentar linguagem, conteúdo e características gráficas correspondentes às publicações especificadas, permitindo sua utilização nas atividades pedagógicas

planejadas pela Secretaria Municipal de Educação. A conferência deverá considerar a identidade das obras contratadas, não cabendo à fornecedora modificar seus conteúdos ou substituir as publicações por materiais de natureza distinta.

4.16 Durante o transporte, os livros deverão permanecer protegidos contra umidade, exposição inadequada ao calor, poeira, impactos, deformações e demais condições capazes de comprometer sua integridade. A empresa contratada deverá utilizar embalagens apropriadas, observando o peso e as características dos volumes, de modo a evitar danos às capas, páginas, lombadas e demais elementos das publicações.

4.17 O descarregamento deverá ser realizado de maneira organizada, preservando as condições dos produtos e permitindo sua conferência pelos servidores responsáveis. A contratada deverá disponibilizar os meios necessários à movimentação dos volumes, não transferindo à Administração Municipal despesas ou obrigações operacionais que sejam de sua responsabilidade contratual.

4.18 A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo as informações necessárias à identificação dos produtos fornecidos, os quantitativos e os valores correspondentes. Sempre que necessário à conferência, a contratada deverá apresentar relação discriminada dos títulos entregues, permitindo verificar a correspondência entre a documentação fiscal, a autorização de fornecimento e os materiais efetivamente disponibilizados.

4.19 O recebimento inicial será realizado por servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência dos volumes, da identificação dos títulos e das condições aparentes dos exemplares. Essa etapa terá por finalidade verificar a entrega física dos produtos, não implicando aceitação definitiva de materiais que posteriormente apresentem divergências em relação às especificações contratadas.

4.20 A conferência técnica deverá abranger, individualmente, os 32 títulos relacionados na demanda, observando os respectivos quantitativos, ISBN, autoria, número de páginas, dimensões, características de impressão, papel e acabamento. A Administração poderá contar com o apoio de profissionais da Secretaria Municipal de Educação para verificar a correspondência dos materiais com as necessidades pedagógicas que fundamentaram a aquisição.

4.21 A verificação dos quantitativos deverá considerar a quantidade efetivamente entregue de cada obra, evitando que eventuais excedentes de determinado título sejam utilizados para compensar a ausência de exemplares de outro. O cumprimento da obrigação contratual dependerá da correspondência entre os produtos fornecidos e os quantitativos estabelecidos para cada item.

4.22 Caso sejam identificadas divergências de títulos, quantidades, características editoriais ou condições físicas, a Administração deverá registrar as irregularidades e comunicar formalmente a contratada para adoção das providências necessárias. Os produtos apresentados em desconformidade poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, conforme a natureza e a extensão das irregularidades constatadas.

4.23 A contratada deverá providenciar a substituição dos exemplares inadequados ou a complementação dos quantitativos insuficientes, no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem qualquer ônus adicional. As providências corretivas deverão observar as especificações originalmente contratadas, assegurando que os produtos substitutos apresentem condições adequadas de qualidade e correspondência com a demanda.

4.24 Os custos relacionados à retirada, ao transporte e à substituição dos exemplares rejeitados serão de responsabilidade da contratada, quando a desconformidade decorrer do descumprimento das obrigações assumidas. A substituição deverá ocorrer de maneira a evitar prejuízos ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação e à disponibilização dos materiais nas unidades escolares.

4.25 O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as condições estabelecidas na contratação, observados os procedimentos aplicáveis previstos no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021. A aceitação dos materiais não afastará as responsabilidades da contratada por eventuais defeitos ou irregularidades identificados posteriormente, nos limites previstos na legislação e no instrumento contratual.

4.26 Após o recebimento definitivo, a Secretaria Municipal de Educação será responsável pela organização e distribuição dos exemplares às unidades escolares da rede municipal, considerando o planejamento pedagógico, as necessidades das turmas e as finalidades educacionais de cada título. A destinação deverá observar os quantitativos disponíveis e os critérios definidos pela Administração, buscando assegurar a utilização efetiva dos materiais adquiridos.

4.27 A distribuição deverá ser realizada de maneira organizada, permitindo que os livros sejam disponibilizados aos estudantes e professores conforme as atividades previstas. A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer procedimentos internos de controle e acompanhamento, de modo a verificar a destinação dos exemplares e evitar perdas, extravios ou armazenamento inadequado.

4.28 Os livros paradidáticos deverão ser utilizados como instrumentos complementares às práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares, respeitando as diretrizes curriculares e os objetivos de aprendizagem correspondentes às etapas de ensino atendidas. Sua utilização poderá compreender atividades de leitura individual e coletiva, contação de histórias, interpretação de imagens, rodas de conversa, projetos interdisciplinares e outras experiências compatíveis com as características dos estudantes.

4.29 Os professores poderão integrar os conteúdos das obras ao planejamento das atividades escolares, considerando as diferentes temáticas contempladas na aquisição. Os livros relacionados às primeiras noções matemáticas e à identificação das vogais poderão apoiar experiências de linguagem e raciocínio, enquanto aqueles voltados à natureza, ao meio ambiente, à cidadania, à inclusão e aos valores sociais poderão contribuir para o desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos.

4.30 A utilização dos títulos relacionados aos sentidos humanos, aos animais e aos ambientes naturais deverá favorecer atividades de observação, investigação e ampliação dos conhecimentos sobre o corpo e o meio ambiente. As obras relacionadas à convivência, ao respeito às diferenças e ao uso consciente das tecnologias poderão apoiar experiências educativas voltadas à formação cidadã e ao desenvolvimento de atitudes adequadas às relações sociais.

4.31 A Administração deverá assegurar que a utilização dos materiais observe as características dos estudantes atendidos, respeitando suas necessidades individuais e as condições de desenvolvimento correspondentes. As atividades deverão ser planejadas e conduzidas pelos profissionais da educação, permitindo que os livros sejam empregados de maneira contextualizada e integrada às demais práticas pedagógicas.

4.32 A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, verificar os prazos de entrega, conferir a documentação apresentada e registrar eventuais irregularidades. Quando necessário, poderão ser solicitadas informações ou providências destinadas à adequada execução do fornecimento.

4.33 A fiscalização deverá observar especialmente a integralidade dos quantitativos, a correspondência entre os títulos contratados e os efetivamente entregues, a qualidade gráfica dos exemplares e o cumprimento das características técnicas estabelecidas. As ocorrências identificadas deverão ser registradas e comunicadas à contratada, assegurando a adoção tempestiva das medidas corretivas pertinentes.

4.34 O pagamento deverá observar as condições estabelecidas no instrumento contratual e os procedimentos de liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente e comprovação do cumprimento das obrigações correspondentes. A existência de produtos não entregues ou rejeitados deverá ser considerada na apuração dos valores efetivamente devidos, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

4.35 A empresa contratada deverá manter, durante a execução, as condições necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pela qualidade, integridade e conformidade dos exemplares fornecidos. Eventuais dificuldades relacionadas à disponibilidade dos produtos deverão ser comunicadas tempestivamente à Administração, sem afastar as responsabilidades decorrentes dos prazos e condições estabelecidos.

4.36 A forma de fornecimento e execução proposta busca assegurar que os 11.000 exemplares sejam entregues de maneira completa, organizada e em conformidade com as especificações dos 32 títulos, permitindo sua adequada conferência, distribuição e utilização pedagógica. O cumprimento dessas condições deverá contribuir para o fortalecimento das práticas de leitura, a ampliação dos recursos educacionais e o desenvolvimento das atividades pedagógicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG.

4.37 A licitante se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

4.38 O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da licitante para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados etc.

4.39 O Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento equivalente, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da licitante com terceiros, sem autorização prévia do município por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive extinção contratual.

4.39.1 É facultada a subcontratação parcial do objeto mediante requerimento pela licitante e autorização do órgão licitante de modo a atender às diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006.

4.40 Os produtos entregues deverão ter garantia de 01 (um) ano a contar do recebimento contra defeitos de fabricação, ou vícios que contiverem mesmo que estejam ocultos.

5 DA GARANTIA DO CONTRATO.

5.1 A Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, reserva-se o direito de exigir do licitante adjudicado a prestação da garantia de execução de Contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, quando analisará os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, apresentando as devidas motivações.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

6.1 Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos que será de no mínimo um ano ou 80% de seu período de validade, quando for o caso.

6.2 Entregar os produtos objeto deste Edital dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

6.3 Executar o Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

6.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Edital sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive extinção contratual.

6.5 Fornecer produtos que satisfaçam rigorosamente as especificações constantes deste Edital, as normas da ANP e dos fabricantes, e as normas nacionais e internacionais consagradas, na falta de regulamentação da ANP.

6.6 Cumprir os prazos previstos no Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil que venham a ser fixados pelo município.

6.7 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto durante toda a sua vigência, no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, a pedido do município.

6.8 Manter-se, durante toda a vigência do Contrato Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento.

6.9 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, ata de registro de preço e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a

constante melhoria na execução e nos resultados obtidos, preservando o município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

6.10 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pela legislação aplicável, em especial:

6.10.1 Economia no consumo de água e energia;

6.10.2 Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

6.10.3 Redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;

6.10.4 Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;

6.10.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

6.10.6 Fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias;

6.10.7 Utilização de produtos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;

6.10.8 Observação das normas do INMETRO, quando for o caso e houver regulamentação da matéria.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Notificar a licitante sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

7.2 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

7.3 Emitir, por meio do setor de compras o correspondente pedido de compra.

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da licitante, em relação aos produtos, objeto do processo.

7.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por meio do fiscal de Contrato legalmente constituído.

7.6 Efetuar os pagamentos devidos à licitante nas condições estabelecidas.

7.7 Fiscalizar a execução do Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da licitante pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

7.8 Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

7.9 Recusar qualquer produto, quando for o caso que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da licitante.

7.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos.

7.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, Ata de Registro de Preços, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

7.12 Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.

7.13 Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.

7.14 É vedada à Administração constituir exigências ou intervir na gestão interna do Contrato, Ata de Registro de Preços ou outro documento hábil de modo a caracterizar interferência indevida, desarrazoada e incompatível com as regras de contratações públicas.

8 DAS DEMAIS CONDIÇÕES.

8.1 O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Edital ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, assim como aplicar o disposto no artigo 75 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

8.2 Qualquer tolerância por parte do município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação,

transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

8.3 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante designadas para a execução do objeto contratado, sendo a licitante a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

8.4 A licitante por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao município seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

8.5 A licitante guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo município ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

8.6 A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, elaboração do Contrato ou Ata de Registro de Preços, obedecendo para tanto as normas contidas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas.
A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Eletrônico nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF n º _____, DECLARA, para fins do disposto na legislação vigente, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

( ) MICROEMPRESA INDIVIDUAL;

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

Declara, sob as penalidades legais, que não celebrou contratos com a administração pública, cujos valores somados não extrapolaram a receita bruta máxima admitida para efeito de enquadramento.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando, portanto, apta a gozar dos benefícios legais vigentes.

Local e Data, _____ _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do representante legal da Licitante

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

ANEXO III – DECLARAÇÕES CONJUNTAS

À Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas.
A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Eletrônico nº 027/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ N.º _____, participante no processo licitatório epigrafado, por meio de seu representante legal, vem perante Vossa Senhoria declarar que:

a) Cumpre a obrigatoriedade de reserva para cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.
b) A proposta foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro potencial participante nesta licitação;
c) Não discutiu ou obteve qualquer informação privilegiada perante servidores ou autoridades da entidade promotora desta licitação;
d) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro potencial participante quanto a participar ou não nesta licitação;
e) Sua proposta é exequível para cumprir com o compromisso ou Contrato futuro, estando nela inclusas todas as despesas diretas e indiretas para sua plena execução, e ainda custos como: impostos de qualquer natureza, taxas, transportes, garantias, deslocamentos e outros;
f) Os preços oferecidos pela empresa no presente certame são compatíveis em comparação com preços já praticados pela empresa em objetos similares.
g) Confirma sua capacidade técnica profissional e operacional em cumprir com o referido Contrato, em caso de homologação da proposta, em acordo com o estabelecido nas disposições legais pertinentes.
h) Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
i) Que não se enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
j) Que está ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei nº 14.133, de 2021;
k) Tem conhecimento de todas as exigências relacionadas à execução do compromisso objeto do referido pregão, que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem plena ciência das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o município.
l) Que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

Local e Data, _____ _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do representante legal da Licitante

ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL – RELAÇÃO DOS ITENS

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	Marca do produto	V. UNIT.	V. TOTAL
1	100	UNID.	CECÍLIA E SEU MUNDO LIMPINHO E SEM LIXO. ISBN 978-65-5946-100-4; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
2	100	UNID.	CECÍLIA, A MENINA QUE AMA A BANDEIRA DO BRASIL. ISBN 978-65-5946-136-3; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
3	100	UNID.	CECÍLIA E AS FORMAS GEOMÉTRICAS. ISBN 978-65-5946-129-5; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
4	100	UNID.	CECÍLIA DESCOBRINDO AS CORES. ISBN 978-65-5946-132-5; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
5	100	UNID.	CECÍLIA E SEUS CONHECIMENTOS DE TRÂNSITO. ISBN 978-65-5946-128-8; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
6	100	UNID.	CECÍLIA E OS NÚMEROS MÁGICOS. ISBN 978-65-5946-133-2; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
7	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: VISÃO. ISBN 978-65-5946-137-0; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
8	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: AUDIÇÃO. ISBN 978-65-5946-134-9; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230			

			g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
9	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: TATO. ISBN 978-65-5946-131-8; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
10	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: PALADAR. ISBN 978-65-5946-130-1; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
11	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: OLFATO. ISBN 978-65-5946-135-6; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
12	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DOS RIOS. ISBN 978-65-5946-099-1; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
13	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DOS MARES. ISBN 978-65-5946-101-1; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
14	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DAS FLORESTAS. ISBN 978-65-5946-094-6; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
15	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS QUE VOAM. ISBN 978-65-5946-097-7; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
16	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DA ÁFRICA. ISBN 978-65-5946-165-3; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
17	100	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? O. ISBN 978-65-5946-112-7; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20			

			cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
18	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? A. ISBN 978-65-5946-111-0; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
19	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? U. ISBN 978-65-5946-115-8; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
20	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? I. ISBN 978-65-5946-114-1; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
21	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? E. ISBN 978-65-5946-113-4; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
22	100	UNID.	A HISTÓRIA DE QUIM, O MENINO AUTISTA. ISBN 978-65-5946-140-0; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
23	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA AMIZADE. ISBN 978-85-63390-39-4; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
24	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA GRATIDÃO. ISBN 978-85-63390-41-7; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
25	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA OBEDIÊNCIA. ISBN 978-85-63390-40-0; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
26	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DO RESPEITO. ISBN 978-85-63390-37-0; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g;			

			impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
27	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA RESPONSABILIDADE. ISBN 978-85-63390-38-7; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
28	100	UNID.	MEU AMIGUINHO DIFERENTE: SER DIFERENTE É LEGAL. ISBN 978-65-5946-096-0; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
29	100	UNID.	MEU AMIGUINHO DIFERENTE: SOMOS DIFERENTES, MAS SOMOS IGUAIS!. ISBN 978-65-5946-095-3; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			
30	750	UNID.	USO DE TELAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA. ISBN 978-65-5946-282-7; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 210 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz.			
31	750	UNID.	VAMOS BRINCAR! SAI DO CELULAR!. ISBN 978-65-5946-284-1; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 210 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz.			
32	750	UNID.	CONSELHOS DO VÔ NECO: POR QUE OBEDECER?. ISBN 978-65-5946-059-5; autoria: Cleyton Barbosa Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.			

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE MINAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

1. DAS PARTES.

1.1 Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS, MG, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ 66.229.584/ 1-80, com sede administrativa na Rua Altivo Marçal do Carmo, nº 75, Bairro Industrial, Santa Rita de Minas/MG, neste ato representado pela Sr. Prefeita, Zânia Faria Silva, portadora do CPF XXXXXXXXXXXXX, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do fornecedor _____, vencedor do Pregão Eletrônico 027/2026, sob o regime de compras pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS "SRP"**, observadas as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/21, mediante condições a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e concordam.

2. DO OBJETO.

2.1 A presente ata tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de livros paradidáticos ilustrados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino conforme solicitação.

2.2 A partir desta data, ficam registrados, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor _____ nos itens _____ pelo preço global de R$ _____.

3. DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO.

3.1 Independente de transcrição, fica fazendo parte desta ata todo o processo licitatório que lhe deu causa.

3.2 Nos termos do inciso XLVI do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21 Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas.

4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO.

4.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, mediante emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Contrato conforme o caso, observadas as disposições legais.

4.2 O compromisso de execução só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

4.3 Somente quando a primeira registrada atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicado o segundo, e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade da registrada.

4.3.1 Entretanto, o segundo, o terceiro e os sucessivos na ordem de classificação, somente poderão fornecer ao município se praticarem no ato da intimação os preços do primeiro colocado.

4.3.2 A condição prevista no item 4.3 somente será efetivada caso a Administração entenda que a demanda deva abranger mais de um fornecedor, quando pela característica do objeto assim couber.

5. DO RECEBIMENTO

5.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente e de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação da compromissária fornecedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversada execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto entregue nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6. DA ASSINATURA DO CONTRATO.

6.1 A critério exclusivo da Administração municipal, poderá ser dispensada a elaboração do Instrumento de Contrato, conforme o caso, no caso de produtos sem garantia futura, inclusive assistência técnica nos termos do *caput* do art. 95 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2 Neste caso, a Administração deverá substituí-lo por Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento, Autorização de Compras ou outro instrumento hábil, aplicando-lhes, no que couber, as normas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

7. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS.

7.1 A Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas MG adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

7.2 Competirá à Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas MG, por meio de preposto designado, o acompanhamento, controle, fiscalização e realização dos serviços podendo aceitar ou recusar os que estiverem em desacordo com as regras impostas por esta Ata de Registro de Preços, edital, Termo de Referência, ou ainda pela legislação.

8. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

8.1 A qualquer tempo, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo à Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, através dos órgãos envolvidos, convocar o fornecedor registrado para negociar os novos valores.

8.2 Caso o compromissário fornecedor se recuse a baixar os preços registrados, o órgão gerenciador poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

8.3 Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, salvo nos casos de aplicação de normas legais à matéria.

8.4 O diferencial de preços entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de preços efetuada pela Prefeitura à época da abertura da proposta, bem como, eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos, inclusive na hipótese de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços

9. DO REAJUSTE.

9.1 O Município e a empresa registrada poderão restabelecer o reajuste do compromisso, nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, precedida de cálculo e demonstração analítica devidamente fundamentados, do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

9.2 Os preços poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação anual do IPCA, contado a partir da composição do orçamento estimado para contratação.

9.3 Excepcionalmente, quando não for possível o reequilíbrio do Contrato através do índice descrito no item anterior, a comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DOS PREÇOS.

10.1 O fornecedor registrado terá seu registro cancelado pela autoridade competente quando:

10.1.1 Descumprir as condições estipuladas na Ata de Registro de Preços;

10.1.2 Não receber a Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3 Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem inconvenientes para a Administração ou superiores ao praticado no mercado;

10.1.4 Houver razões de interesse público devidamente motivadas pela autoridade competente.

10.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

10.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, desde que comprovados e aceitos pela Administração.

11. DA EXECUÇÃO.

11.1 O fornecimento se dará de forma eventual e fracionada, sem o compromisso obrigatório entre as partes nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O local de entrega dos produtos será a Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, mediante envio da Ordem de Fornecimento na qual constarão todas as condições de entrega. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva ordem. Todas as despesas inerentes ao fornecimento correrão por conta da empresa sem nenhum ônus ao município, sendo reservada ao município a prerrogativa de efetuar pedidos fracionados sem obrigatoriedade de quantitativos mínimos ou máximos.

11.3 A execução da contratação consistirá no fornecimento de livros paradidáticos novos, sem utilização anterior, destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas nas unidades escolares da rede municipal de ensino. Os exemplares deverão corresponder rigorosamente aos títulos relacionados na demanda, observando as características de autoria, ISBN, quantidade de páginas, dimensões, tipo e gramatura do papel, impressão, acabamento e demais especificações técnicas estabelecidas pela Administração Municipal.

11.4 A empresa contratada será responsável por todas as providências necessárias ao fornecimento dos materiais, incluindo aquisição, preparação, separação, embalagem, acondicionamento, transporte,

carregamento, descarregamento e entrega no local indicado. Todas as despesas decorrentes dessas atividades, inclusive tributos, encargos, fretes e demais custos operacionais, deverão estar compreendidas no preço contratado, não sendo admitida cobrança adicional ao Município.

11.5 Os livros deverão ser entregues devidamente separados e identificados por título, de modo a facilitar a conferência dos quantitativos e das características de cada obra. O acondicionamento deverá permitir a identificação dos materiais sem necessidade de manuseio excessivo dos exemplares, contribuindo para a organização do recebimento e para a preservação das condições físicas das publicações.

11.6 O fornecimento deverá observar a distribuição quantitativa estabelecida para os 32 títulos, incluindo os itens com previsão de 100 (cem) exemplares e aqueles com previsão de 750 (setecentos e cinquenta) exemplares, conforme a relação constante da demanda. A contratada deverá assegurar que as quantidades efetivamente entregues correspondam às estabelecidas na autorização de fornecimento, não sendo admitidas alterações unilaterais ou substituições que comprometam a composição da aquisição.

11.7 As obras deverão apresentar correspondência integral com os títulos especificados, especialmente quanto à identificação bibliográfica e às características editoriais exigidas. A indicação do ISBN deverá ser utilizada como elemento de identificação da publicação, em conjunto com a autoria, o título, a edição e as demais informações técnicas pertinentes, permitindo verificar a conformidade dos exemplares apresentados.

11.8 A contratada deverá observar as especificações de formato e dimensões de cada publicação, considerando que tais características integram a identificação técnica dos materiais pretendidos. Os exemplares deverão apresentar medidas compatíveis com aquelas estabelecidas para os respectivos títulos, não sendo admitidas alterações que descaracterizem os produtos ou comprometam sua adequação às atividades pedagógicas.

11.9 Quanto à qualidade gráfica, os livros deverão apresentar impressão nítida, textos legíveis, ilustrações com definição adequada e reprodução satisfatória das cores, observadas as características previstas para cada obra. A qualidade da impressão deverá permitir a adequada visualização dos elementos textuais e ilustrativos, considerando que os materiais serão utilizados em atividades educacionais destinadas ao público infantil.

11.10 Os tipos de papel e as respectivas gramaturas deverão corresponder às especificações técnicas de cada item, assegurando condições adequadas de resistência, manuseio e apresentação. Os materiais deverão apresentar acabamento compatível com sua finalidade, incluindo as características de verniz, dobra, grampeamento ou outros procedimentos editoriais expressamente previstos nas descrições dos produtos.

11.11 A encadernação deverá apresentar resistência suficiente para a utilização escolar, evitando desprendimento de páginas, separação da capa ou deterioração prematura decorrente do manuseio regular. Os exemplares deverão estar completos, sem páginas ausentes, repetidas indevidamente, invertidas ou apresentadas em sequência incompatível com a publicação especificada.

11.12 Não serão aceitos livros com rasgos, manchas, amassamentos excessivos, falhas de impressão, defeitos de acabamento, páginas soltas ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua apresentação, integridade ou utilização pedagógica. A contratada deverá adotar procedimentos adequados de controle de qualidade antes da entrega, assegurando que os produtos fornecidos apresentem condições compatíveis com as exigências estabelecidas.

11.13 A composição da aquisição contempla obras relacionadas à educação ambiental, ao conhecimento dos símbolos nacionais, às primeiras noções matemáticas, à educação para o trânsito, ao reconhecimento dos sentidos humanos, ao conhecimento dos animais e da natureza, à identificação das vogais, à inclusão educacional, à formação de valores e à utilização consciente das tecnologias digitais. A contratada deverá fornecer os títulos correspondentes a essas temáticas conforme a relação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, preservando a identidade editorial e as características das publicações especificadas.

11.14 A substituição de títulos, autores, edições ou características técnicas somente poderá ocorrer mediante avaliação e autorização expressa da Administração Municipal, quando juridicamente admissível e desde que não haja prejuízo à finalidade pedagógica da contratação. Não será permitida a entrega unilateral de obras consideradas semelhantes pela contratada, ainda que abordem assuntos relacionados, sem a devida análise de conformidade com as condições estabelecidas.

11.15 Os materiais deverão apresentar linguagem, conteúdo e características gráficas correspondentes às publicações especificadas, permitindo sua utilização nas atividades pedagógicas planejadas pela Secretaria Municipal de Educação. A conferência deverá considerar a identidade das obras contratadas, não cabendo à fornecedora modificar seus conteúdos ou substituir as publicações por materiais de natureza distinta.

11.16 Durante o transporte, os livros deverão permanecer protegidos contra umidade, exposição inadequada ao calor, poeira, impactos, deformações e demais condições capazes de comprometer sua integridade. A empresa contratada deverá utilizar embalagens apropriadas, observando o peso e as características dos volumes, de modo a evitar danos às capas, páginas, lombadas e demais elementos das publicações.

11.17 O descarregamento deverá ser realizado de maneira organizada, preservando as condições dos produtos e permitindo sua conferência pelos servidores responsáveis. A contratada deverá disponibilizar os meios necessários à movimentação dos volumes, não transferindo à Administração Municipal despesas ou obrigações operacionais que sejam de sua responsabilidade contratual.

11.18 A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo as informações necessárias à identificação dos produtos fornecidos, os quantitativos e os valores correspondentes. Sempre que necessário à conferência, a contratada deverá apresentar relação discriminada dos títulos entregues, permitindo verificar a correspondência entre a documentação fiscal, a autorização de fornecimento e os materiais efetivamente disponibilizados.

11.19 O recebimento inicial será realizado por servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência dos volumes, da identificação dos títulos e das condições aparentes dos exemplares. Essa etapa terá por finalidade verificar a entrega física dos produtos, não implicando aceitação definitiva de materiais que posteriormente apresentem divergências em relação às especificações contratadas.

11.20 A conferência técnica deverá abranger, individualmente, os 32 títulos relacionados na demanda, observando os respectivos quantitativos, ISBN, autoria, número de páginas, dimensões, características de impressão, papel e acabamento. A Administração poderá contar com o apoio de profissionais da Secretaria Municipal de Educação para verificar a correspondência dos materiais com as necessidades pedagógicas que fundamentaram a aquisição.

11.21 A verificação dos quantitativos deverá considerar a quantidade efetivamente entregue de cada obra, evitando que eventuais excedentes de determinado título sejam utilizados para compensar a ausência de exemplares de outro. O cumprimento da obrigação contratual dependerá da correspondência entre os produtos fornecidos e os quantitativos estabelecidos para cada item.

11.22 Caso sejam identificadas divergências de títulos, quantidades, características editoriais ou condições físicas, a Administração deverá registrar as irregularidades e comunicar formalmente a contratada para adoção das providências necessárias. Os produtos apresentados em desconformidade poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, conforme a natureza e a extensão das irregularidades constatadas.

11.23 A contratada deverá providenciar a substituição dos exemplares inadequados ou a complementação dos quantitativos insuficientes, no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem qualquer ônus adicional. As providências corretivas deverão observar as especificações originalmente contratadas, assegurando que os produtos substitutos apresentem condições adequadas de qualidade e correspondência com a demanda.

11.24 Os custos relacionados à retirada, ao transporte e à substituição dos exemplares rejeitados serão de responsabilidade da contratada, quando a desconformidade decorrer do descumprimento das

obrigações assumidas. A substituição deverá ocorrer de maneira a evitar prejuízos ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação e à disponibilização dos materiais nas unidades escolares.

11.25 O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as condições estabelecidas na contratação, observados os procedimentos aplicáveis previstos no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021. A aceitação dos materiais não afastará as responsabilidades da contratada por eventuais defeitos ou irregularidades identificados posteriormente, nos limites previstos na legislação e no instrumento contratual.

11.26 Após o recebimento definitivo, a Secretaria Municipal de Educação será responsável pela organização e distribuição dos exemplares às unidades escolares da rede municipal, considerando o planejamento pedagógico, as necessidades das turmas e as finalidades educacionais de cada título. A destinação deverá observar os quantitativos disponíveis e os critérios definidos pela Administração, buscando assegurar a utilização efetiva dos materiais adquiridos.

11.27 A distribuição deverá ser realizada de maneira organizada, permitindo que os livros sejam disponibilizados aos estudantes e professores conforme as atividades previstas. A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer procedimentos internos de controle e acompanhamento, de modo a verificar a destinação dos exemplares e evitar perdas, extravios ou armazenamento inadequado.

11.28 Os livros paradidáticos deverão ser utilizados como instrumentos complementares às práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares, respeitando as diretrizes curriculares e os objetivos de aprendizagem correspondentes às etapas de ensino atendidas. Sua utilização poderá compreender atividades de leitura individual e coletiva, contação de histórias, interpretação de imagens, rodas de conversa, projetos interdisciplinares e outras experiências compatíveis com as características dos estudantes.

11.29 Os professores poderão integrar os conteúdos das obras ao planejamento das atividades escolares, considerando as diferentes temáticas contempladas na aquisição. Os livros relacionados às primeiras noções matemáticas e à identificação das vogais poderão apoiar experiências de linguagem e raciocínio, enquanto aqueles voltados à natureza, ao meio ambiente, à cidadania, à inclusão e aos valores sociais poderão contribuir para o desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos.

11.30 A utilização dos títulos relacionados aos sentidos humanos, aos animais e aos ambientes naturais deverá favorecer atividades de observação, investigação e ampliação dos conhecimentos sobre o corpo e o meio ambiente. As obras relacionadas à convivência, ao respeito às diferenças e ao uso consciente das tecnologias poderão apoiar experiências educativas voltadas à formação cidadã e ao desenvolvimento de atitudes adequadas às relações sociais.

11.31 A Administração deverá assegurar que a utilização dos materiais observe as características dos estudantes atendidos, respeitando suas necessidades individuais e as condições de desenvolvimento correspondentes. As atividades deverão ser planejadas e conduzidas pelos profissionais da educação, permitindo que os livros sejam empregados de maneira contextualizada e integrada às demais práticas pedagógicas.

11.32 A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, verificar os prazos de entrega, conferir a documentação apresentada e registrar eventuais irregularidades. Quando necessário, poderão ser solicitadas informações ou providências destinadas à adequada execução do fornecimento.

11.33 A fiscalização deverá observar especialmente a integralidade dos quantitativos, a correspondência entre os títulos contratados e os efetivamente entregues, a qualidade gráfica dos exemplares e o cumprimento das características técnicas estabelecidas. As ocorrências identificadas deverão ser registradas e comunicadas à contratada, assegurando a adoção tempestiva das medidas corretivas pertinentes.

11.34 O pagamento deverá observar as condições estabelecidas no instrumento contratual e os procedimentos de liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente e comprovação do cumprimento das obrigações correspondentes. A existência de produtos não

entregues ou rejeitados deverá ser considerada na apuração dos valores efetivamente devidos, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

11.35 A empresa contratada deverá manter, durante a execução, as condições necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pela qualidade, integridade e conformidade dos exemplares fornecidos. Eventuais dificuldades relacionadas à disponibilidade dos produtos deverão ser comunicadas tempestivamente à Administração, sem afastar as responsabilidades decorrentes dos prazos e condições estabelecidos.

11.36 A forma de fornecimento e execução proposta busca assegurar que os 11.000 exemplares sejam entregues de maneira completa, organizada e em conformidade com as especificações dos 32 títulos, permitindo sua adequada conferência, distribuição e utilização pedagógica. O cumprimento dessas condições deverá contribuir para o fortalecimento das práticas de leitura, a ampliação dos recursos educacionais e o desenvolvimento das atividades pedagógicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG.

11.37 A fornecedora se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

11.38 Caberá ao município rejeitar total ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as condições do Edital e do Termo de Referência.

11.39 As execuções deverão observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes do código de defesa do consumidor Lei Federal n° 8.078/90, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas em Lei especial, quando for o caso.

11.40 O município comunicará à fornecedora por escrito as deficiências porventura verificadas nas execuções, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.41 A presença da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa registrada quanto ao compromisso assumido.

12. DO PAGAMENTO.

12.1 As faturas serão emitidas em reais.

12.2 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG de acordo com a efetiva execução por parte da fornecedora, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

12.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela fornecedora.

12.2.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.3 Para efeito de pagamento serão observados os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à fornecedora.

12.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e compromissais, especialmente as de natureza fiscal.

12.5 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à fornecedora para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 11.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

12.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da empresa registrada sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

12.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses a contar de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, podendo ser prorrogada por igual período, desde que mantidas as condições favoráveis à Administração.

14. DOS SETORES ADMINISTRATIVOS.

14.1 Independente de manifestação, todos os setores administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas poderão utilizar a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com suas necessidades, mediante apostilamento para adequação da despesa.

15. DA PUBLICIDADE.

15.1 Será dada publicidade ao compromisso na melhor forma de direito sendo realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência do órgão ora gerenciador, como condição indispensável para sua eficácia, para conhecimento da sociedade, em atendimento aos princípios constitucionais da eficiência, moralidade, transparência, segurança jurídica e outros.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1 Conforme justificado pelo Departamento de Contabilidade, desnecessária se faz a indicação específica de dotação orçamentária, considerando que não existe o compromisso de despesas, e sim um cadastro de produtos para possíveis aquisições. Entretanto, quando da Emissão da Nota de Empenho, assinatura do Contrato ou qualquer outro documento hábil, contraindo-se a despesa, deverá o ordenador indicar os créditos orçamentários para suportar as despesas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2 .

16.2 Caso ocorra aumento da despesa ou esta não estiver enquadrada na Lei Orçamentária Anual (LOA), deverá o ordenador se atentar às regras consignadas na Lei Federal n.º 4.320/64, bem como às normas contidas nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2 .

17. DA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS

17.1 Trata-se de despesa enquadrada em Registro de Preços nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 Os casos omissos serão resolvidos pelas partes à luz da lei de licitações, aplicando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, segurança jurídica dentre outros consagrados e essenciais à materialidade causadora da omissão.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO.

18.1 Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto desta Ata a terceiros, devendo a registrada fornecer o objeto eventualmente solicitados às suas expensas sem nenhum custo ao município.

18.2 É permitida a subcontratação do objeto mediante prévia comunicação ao órgão gerenciador e sua efetiva anuência nos casos direcionados a cumprir os requisitos do inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

19. DA SUBMISSÃO AOS PREÇOS REGISTRADOS.

19.1 O município de Santa Rita de Minas poderá adquirir de outro fornecedor o objeto deste registro, sendo facultada à Administração a adoção de licitação específica, desde que motivada, conforme preceitua o art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

20. DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E CARONA.

20.1 É concedida mediante formalização e dentro das normas legais locais a concessão de carona a órgão não participante do processo licitatório na presente ata nos termos do § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21.
20.2 É permitida aos demais órgãos e entidades administrativas do município de Santa Rita de Minas, interessadas em utilizar o presente Registro de Preços na condição de carona, desde que se cumpra na fase preparatória do certame as condições previstas no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21.
20.3 O Departamento de Compras do Município de Santa Rita de Minas será o órgão responsável pelos atos de controle e Administração da Ata de Registro de Preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

21. DAS SANÇÕES.

21.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento assumidos:
21.1.1 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação assumida ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor de cada ordem de fornecimento não atendida;
21.1.2 Até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado e juros de 1% (um por cento) ao mês, incididos sobre o valor da multa, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento objeto de não cumprimento de obrigação legal, com a possível extinção do compromisso;
21.1.3 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor do registro, na hipótese da compromissária fornecedora, injustificadamente, desistir do compromisso ou der causa a sua extinção, bem como nos demais casos de descumprimento das obrigações, quando o município em face da gravidade analisará os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.
21.2 O valor das multas aplicadas, poderá ser descontado de pagamentos devidos pelo município.
21.3 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
21.4 A compromissária fornecedora deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, falhando ou fraudando no fornecimento, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 06 (seis) anos, sem prejuízo de multas previstas neste documento e demais cominações legais.
21.5 Em todas as situações que couberem as sanções administrativas, será observado o regramento previsto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo assegurado ao sancionado o direito ao contraditório e ampla defesa nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/21

22. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

22.1 O Registro poderá ser rescindido:
22.1.1 Por ato unilateral e escrito do município nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21.
22.1.2 Por acordo entre as partes, reduzido a termo conforme inciso II do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21.
22.1.3 Por determinação arbitral ou por decisão judicial na forma legal, diante do disposto no inciso III do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21;
22.2 Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, inclusive com vistas franqueadas ao interessado sobre assuntos de sua demanda.

23. DA FISCALIZAÇÃO.

23.1 A fiscalização do compromisso compete aos órgãos requisitantes que, na qualidade de fiscais técnicos, serão responsáveis por aferir as condições de entrega e fornecimento.

23.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do compromisso, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

23.3 As comunicações entre o município e a fornecedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

23.4 Após a assinatura do compromisso o município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da fornecedora, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

23.5 O fiscal técnico do compromisso acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições aqui estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

23.6 Serão anotadas no histórico de gerenciamento do compromisso todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

23.7 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade serão emitidas notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção;

23.8 O fiscal informará ao gestor da Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

23.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a entrega ou fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao seu gestor para adoção das medidas cabíveis.

23.10 O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação pertinente.

23.11 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da compromissária, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso seja necessário.

23.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações assumidas, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

23.13 O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do compromisso contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

23.14 O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

23.15 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto o cumprimento ou descumprimento das obrigações.

23.16 O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21.

23.17 O gestor elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

24. DA RESERVA DE VAGAS DEFICIENTES.

24.1 A compromissária fornecedora assume perante a Administração o compromisso de cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/21.

25. DO FORO.

25.1 Fica eleito o foro da Comarca de Caratinga, MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes desta ata, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Santa Rita de Minas, MG _____ de _____ de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS
ÓRGÃO GERENCIADOR

_____
EMPRESA REGISTRADA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026.
PROCESSO Nº 064/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2026.

1. DAS PARTES.

1.1 MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS, MG, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ 66.229.584/ 1-80, com sede administrativa na Rua Altivo Marçal do Carmo, nº 75, Bairro Industrial, Santa Rita de Minas/MG, neste ato representado pela Sr. Prefeita, Zânia Faria Silva, portadora do CPF XXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ _____, neste ato representada pelo(a) senhor (a) _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), portador(a) do CPF _____ ID _____, residente e domiciliado, _____ na _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº 027/2026, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal n.º 14.133/21, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

2. DO OBJETO.

2.1 O presente instrumento tem por objetivo a aquisição de livros paradidáticos ilustrados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino, conforme solicitação.

3. DA VINCULAÇÃO.

3.1 Independente de transcrição é parte integrante e complementar deste contrato, todo o procedimento licitatório que lhe deu causa, inclusive a Ata de Registro de Preços e a proposta comercial aceita pela autoridade julgadora.

3.2 A CONTRATADA se compromete a manter junto à Prefeitura de Santa Rita de Minas, todas as condições de habilitação apresentadas, na forma do Inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

4. DA VIGÊNCIA.

4.1 O presente Contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre ____ de _____ de _____ e terminando em ____ de _____ de _____.

5. DO FORNECIMENTO.

5.1 O local de entrega dos produtos será a Rua Altivo Marçal do Carmo nº 75, Distrito Industrial, Santa Rita de Minas, MG, mediante envio da Ordem de Fornecimento na qual constarão todas as condições de entrega. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva ordem. Todas as despesas inerentes ao fornecimento correrão por conta da empresa sem nenhum ônus ao município, sendo reservada ao município a prerrogativa de efetuar pedidos fracionados sem obrigatoriedade de quantitativos mínimos ou máximos.

5.2 A execução da contratação consistirá no fornecimento de livros paradidáticos novos, sem utilização anterior, destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas nas unidades escolares da rede municipal de ensino. Os exemplares deverão corresponder rigorosamente aos títulos relacionados na demanda, observando as características de autoria, ISBN, quantidade de páginas,

dimensões, tipo e gramatura do papel, impressão, acabamento e demais especificações técnicas estabelecidas pela Administração Municipal.

5.3 A empresa contratada será responsável por todas as providências necessárias ao fornecimento dos materiais, incluindo aquisição, preparação, separação, embalagem, acondicionamento, transporte, carregamento, descarregamento e entrega no local indicado. Todas as despesas decorrentes dessas atividades, inclusive tributos, encargos, fretes e demais custos operacionais, deverão estar compreendidas no preço contratado, não sendo admitida cobrança adicional ao Município.

5.4 Os livros deverão ser entregues devidamente separados e identificados por título, de modo a facilitar a conferência dos quantitativos e das características de cada obra. O acondicionamento deverá permitir a identificação dos materiais sem necessidade de manuseio excessivo dos exemplares, contribuindo para a organização do recebimento e para a preservação das condições físicas das publicações.

5.5 O fornecimento deverá observar a distribuição quantitativa estabelecida para os 32 títulos, incluindo os itens com previsão de 100 (cem) exemplares e aqueles com previsão de 750 (setecentos e cinquenta) exemplares, conforme a relação constante da demanda. A contratada deverá assegurar que as quantidades efetivamente entregues correspondam às estabelecidas na autorização de fornecimento, não sendo admitidas alterações unilaterais ou substituições que comprometam a composição da aquisição.

5.6 As obras deverão apresentar correspondência integral com os títulos especificados, especialmente quanto à identificação bibliográfica e às características editoriais exigidas. A indicação do ISBN deverá ser utilizada como elemento de identificação da publicação, em conjunto com a autoria, o título, a edição e as demais informações técnicas pertinentes, permitindo verificar a conformidade dos exemplares apresentados.

5.7 A contratada deverá observar as especificações de formato e dimensões de cada publicação, considerando que tais características integram a identificação técnica dos materiais pretendidos. Os exemplares deverão apresentar medidas compatíveis com aquelas estabelecidas para os respectivos títulos, não sendo admitidas alterações que descaracterizem os produtos ou comprometam sua adequação às atividades pedagógicas.

5.8 Quanto à qualidade gráfica, os livros deverão apresentar impressão nítida, textos legíveis, ilustrações com definição adequada e reprodução satisfatória das cores, observadas as características previstas para cada obra. A qualidade da impressão deverá permitir a adequada visualização dos elementos textuais e ilustrativos, considerando que os materiais serão utilizados em atividades educacionais destinadas ao público infantil.

5.9 Os tipos de papel e as respectivas gramaturas deverão corresponder às especificações técnicas de cada item, assegurando condições adequadas de resistência, manuseio e apresentação. Os materiais deverão apresentar acabamento compatível com sua finalidade, incluindo as características de verniz, dobra, grampeamento ou outros procedimentos editoriais expressamente previstos nas descrições dos produtos.

5.10 A encadernação deverá apresentar resistência suficiente para a utilização escolar, evitando desprendimento de páginas, separação da capa ou deterioração prematura decorrente do manuseio regular. Os exemplares deverão estar completos, sem páginas ausentes, repetidas indevidamente, invertidas ou apresentadas em sequência incompatível com a publicação especificada.

5.11 Não serão aceitos livros com rasgos, manchas, amassamentos excessivos, falhas de impressão, defeitos de acabamento, páginas soltas ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua apresentação, integridade ou utilização pedagógica. A contratada deverá adotar procedimentos adequados de controle de qualidade antes da entrega, assegurando que os produtos fornecidos apresentem condições compatíveis com as exigências estabelecidas.

5.12 A composição da aquisição contempla obras relacionadas à educação ambiental, ao conhecimento dos símbolos nacionais, às primeiras noções matemáticas, à educação para o trânsito, ao reconhecimento dos sentidos humanos, ao conhecimento dos animais e da natureza, à identificação das vogais, à inclusão educacional, à formação de valores e à utilização consciente das tecnologias

digitais. A contratada deverá fornecer os títulos correspondentes a essas temáticas conforme a relação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, preservando a identidade editorial e as características das publicações especificadas.

5.13 A substituição de títulos, autores, edições ou características técnicas somente poderá ocorrer mediante avaliação e autorização expressa da Administração Municipal, quando juridicamente admissível e desde que não haja prejuízo à finalidade pedagógica da contratação. Não será permitida a entrega unilateral de obras consideradas semelhantes pela contratada, ainda que abordem assuntos relacionados, sem a devida análise de conformidade com as condições estabelecidas.

5.14 Os materiais deverão apresentar linguagem, conteúdo e características gráficas correspondentes às publicações especificadas, permitindo sua utilização nas atividades pedagógicas planejadas pela Secretaria Municipal de Educação. A conferência deverá considerar a identidade das obras contratadas, não cabendo à fornecedora modificar seus conteúdos ou substituir as publicações por materiais de natureza distinta.

5.15 Durante o transporte, os livros deverão permanecer protegidos contra umidade, exposição inadequada ao calor, poeira, impactos, deformações e demais condições capazes de comprometer sua integridade. A empresa contratada deverá utilizar embalagens apropriadas, observando o peso e as características dos volumes, de modo a evitar danos às capas, páginas, lombadas e demais elementos das publicações.

5.16 O descarregamento deverá ser realizado de maneira organizada, preservando as condições dos produtos e permitindo sua conferência pelos servidores responsáveis. A contratada deverá disponibilizar os meios necessários à movimentação dos volumes, não transferindo à Administração Municipal despesas ou obrigações operacionais que sejam de sua responsabilidade contratual.

5.17 A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo as informações necessárias à identificação dos produtos fornecidos, os quantitativos e os valores correspondentes. Sempre que necessário à conferência, a contratada deverá apresentar relação discriminada dos títulos entregues, permitindo verificar a correspondência entre a documentação fiscal, a autorização de fornecimento e os materiais efetivamente disponibilizados.

5.18 O recebimento inicial será realizado por servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência dos volumes, da identificação dos títulos e das condições aparentes dos exemplares. Essa etapa terá por finalidade verificar a entrega física dos produtos, não implicando aceitação definitiva de materiais que posteriormente apresentem divergências em relação às especificações contratadas.

5.19 A conferência técnica deverá abranger, individualmente, os 32 títulos relacionados na demanda, observando os respectivos quantitativos, ISBN, autoria, número de páginas, dimensões, características de impressão, papel e acabamento. A Administração poderá contar com o apoio de profissionais da Secretaria Municipal de Educação para verificar a correspondência dos materiais com as necessidades pedagógicas que fundamentaram a aquisição.

5.20 A verificação dos quantitativos deverá considerar a quantidade efetivamente entregue de cada obra, evitando que eventuais excedentes de determinado título sejam utilizados para compensar a ausência de exemplares de outro. O cumprimento da obrigação contratual dependerá da correspondência entre os produtos fornecidos e os quantitativos estabelecidos para cada item.

5.21 Caso sejam identificadas divergências de títulos, quantidades, características editoriais ou condições físicas, a Administração deverá registrar as irregularidades e comunicar formalmente a contratada para adoção das providências necessárias. Os produtos apresentados em desconformidade poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, conforme a natureza e a extensão das irregularidades constatadas.

5.22 A contratada deverá providenciar a substituição dos exemplares inadequados ou a complementação dos quantitativos insuficientes, no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem qualquer ônus adicional. As providências corretivas deverão observar as especificações originalmente contratadas, assegurando que os produtos substitutos apresentem condições adequadas de qualidade e correspondência com a demanda.

5.23 Os custos relacionados à retirada, ao transporte e à substituição dos exemplares rejeitados serão de responsabilidade da contratada, quando a desconformidade decorrer do descumprimento das obrigações assumidas. A substituição deverá ocorrer de maneira a evitar prejuízos ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação e à disponibilização dos materiais nas unidades escolares.

5.24 O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as condições estabelecidas na contratação, observados os procedimentos aplicáveis previstos no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021. A aceitação dos materiais não afastará as responsabilidades da contratada por eventuais defeitos ou irregularidades identificados posteriormente, nos limites previstos na legislação e no instrumento contratual.

5.25 Após o recebimento definitivo, a Secretaria Municipal de Educação será responsável pela organização e distribuição dos exemplares às unidades escolares da rede municipal, considerando o planejamento pedagógico, as necessidades das turmas e as finalidades educacionais de cada título. A destinação deverá observar os quantitativos disponíveis e os critérios definidos pela Administração, buscando assegurar a utilização efetiva dos materiais adquiridos.

5.26 A distribuição deverá ser realizada de maneira organizada, permitindo que os livros sejam disponibilizados aos estudantes e professores conforme as atividades previstas. A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer procedimentos internos de controle e acompanhamento, de modo a verificar a destinação dos exemplares e evitar perdas, extravios ou armazenamento inadequado.

5.27 Os livros paradidáticos deverão ser utilizados como instrumentos complementares às práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares, respeitando as diretrizes curriculares e os objetivos de aprendizagem correspondentes às etapas de ensino atendidas. Sua utilização poderá compreender atividades de leitura individual e coletiva, contação de histórias, interpretação de imagens, rodas de conversa, projetos interdisciplinares e outras experiências compatíveis com as características dos estudantes.

5.28 Os professores poderão integrar os conteúdos das obras ao planejamento das atividades escolares, considerando as diferentes temáticas contempladas na aquisição. Os livros relacionados às primeiras noções matemáticas e à identificação das vogais poderão apoiar experiências de linguagem e raciocínio, enquanto aqueles voltados à natureza, ao meio ambiente, à cidadania, à inclusão e aos valores sociais poderão contribuir para o desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos.

5.29 A utilização dos títulos relacionados aos sentidos humanos, aos animais e aos ambientes naturais deverá favorecer atividades de observação, investigação e ampliação dos conhecimentos sobre o corpo e o meio ambiente. As obras relacionadas à convivência, ao respeito às diferenças e ao uso consciente das tecnologias poderão apoiar experiências educativas voltadas à formação cidadã e ao desenvolvimento de atitudes adequadas às relações sociais.

5.30 A Administração deverá assegurar que a utilização dos materiais observe as características dos estudantes atendidos, respeitando suas necessidades individuais e as condições de desenvolvimento correspondentes. As atividades deverão ser planejadas e conduzidas pelos profissionais da educação, permitindo que os livros sejam empregados de maneira contextualizada e integrada às demais práticas pedagógicas.

5.31 A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, verificar os prazos de entrega, conferir a documentação apresentada e registrar eventuais irregularidades. Quando necessário, poderão ser solicitadas informações ou providências destinadas à adequada execução do fornecimento.

5.32 A fiscalização deverá observar especialmente a integralidade dos quantitativos, a correspondência entre os títulos contratados e os efetivamente entregues, a qualidade gráfica dos exemplares e o cumprimento das características técnicas estabelecidas. As ocorrências identificadas deverão ser registradas e comunicadas à contratada, assegurando a adoção tempestiva das medidas corretivas pertinentes.

5.33 O pagamento deverá observar as condições estabelecidas no instrumento contratual e os procedimentos de liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente e

comprovação do cumprimento das obrigações correspondentes. A existência de produtos não entregues ou rejeitados deverá ser considerada na apuração dos valores efetivamente devidos, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

5.34 A empresa contratada deverá manter, durante a execução, as condições necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pela qualidade, integridade e conformidade dos exemplares fornecidos. Eventuais dificuldades relacionadas à disponibilidade dos produtos deverão ser comunicadas tempestivamente à Administração, sem afastar as responsabilidades decorrentes dos prazos e condições estabelecidos.

5.35 A forma de fornecimento e execução proposta busca assegurar que os 11.000 exemplares sejam entregues de maneira completa, organizada e em conformidade com as especificações dos 32 títulos, permitindo sua adequada conferência, distribuição e utilização pedagógica. O cumprimento dessas condições deverá contribuir para o fortalecimento das práticas de leitura, a ampliação dos recursos educacionais e o desenvolvimento das atividades pedagógicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG.

5.36 A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

5.37 O presente contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do município por escrito, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

5.37.1 É admitida a subcontratação do objeto contratual para cumprimento ao disposto no inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que haja prévia autorização da Administração.

6. DO RECEBIMENTO

6.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente e de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversada execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6 O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e qualidade dos produtos entregues nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

7. DO VALOR

7.1 O presente Contrato terá o valor global de R$ _____.

8. DO PAGAMENTO.

8.1 As faturas serão emitidas em reais.

8.2 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG de acordo com a efetiva execução por parte da CONTRATADA, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até 15 dias a contar da liquidação da despesa.

8.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5 Para efeito de pagamento serão observados os procedimentos de liquidação verificando a compatibilidade dos dados encontrados na nota fiscal com os emitidos no pedido enviado à CONTRATADA.

8.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal.

8.7 Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 9.2 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

8.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da empresa registrada sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto contratual.

8.9 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 Os recursos orçamentários para o pagamento desta despesa correrão por conta das seguintes dotações: .....

10. DAS ALTERAÇÕES.

10.1 Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela Administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21;

10.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para o fornecimento até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21;

11. DO REAJUSTE.

11.1 O Município e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, precedido de cálculo e demonstração analítica devidamente fundamentada do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral

11.2 Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação anual do IPCA contado a partir da composição do orçamento estimado para contratação.

11.3 Quando não for possível o reequilíbrio do Contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

11.4 Recebidos os pedidos de reajuste frente ao contrato, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para decidir sobre o pedido, apresentando para tanto os fatos motivadores para deferimento ou indeferimento.

12. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

12.1 O Contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133/21;

12.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

12.2.1 Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos que será de no mínimo um ano ou 80% de seu período de validade nos com data de validade inferior a um ano.

12.2.2 Entregar os produtos objeto deste Edital dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

12.2.3 Executar o Contrato ne melhor forma de direito e boa-fé responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

12.2.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Edital sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive extinção contratual.

12.2.5 Fornecer produtos novos quando for o caso que satisfaçam rigorosamente as especificações constantes deste Termo, as normas da ANP e dos fabricantes, e as normas nacionais e internacionais consagradas, na falta de regulamentação da ANP.

12.2.6 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto durante toda a sua vigência, no prazo máximo de 48 horas a contar da notificação, a pedido do município.

12.2.7 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria na execução e nos resultados obtidos, preservando o município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de sua exclusiva responsabilidade.

12.2.8 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pela legislação aplicável, em especial:

12.2.8.1 Economia no consumo de água e energia;

12.2.8.2 Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

12.2.8.3 Redução da emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;

12.2.8.4 Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;

12.2.8.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

12.2.8.6 Fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias;

12.2.8.7 Utilização de produtos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;

12.2.8.8 Observação das normas do INMETRO, quando for o caso e houver regulamentação da matéria.

12.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

12.3.1 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

12.3.2 Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

12.3.3 Emitir, por meio do setor de compras o correspondente Pedido de Compra.

12.3.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos produtos, objeto do processo.
12.3.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por meio do setor de compras do município de Santa Rita de Minas;
12.3.6 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas.
12.3.7 Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
12.3.8 Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.
12.3.9 Recusar qualquer produto, quando for o caso que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da CONTRATADA.
12.3.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos.
12.3.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.
12.3.12 Efetuar o recebimento definitivo do objeto por meio do departamento de compras.
12.3.13 Efetuar diligência para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade.

13. DA RESPONSABILIDADE FISCAL.

13.1 Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo exclusivamente da CONTRATADA tais responsabilidades.

14. DA RESERVA DE CARGOS.

14.1 A contratada assume perante A Administração o compromisso de cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/21.
14.2 A comprovação de reserva cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

15. DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO.

15.1 O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 30% (trinta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o município, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal 14.133/21, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela Administração;
15.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento assumidos:
15.2.1 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entregue do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação assumida ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor de cada ordem de fornecimento não atendida;
15.2.2 Até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado e juros de 1% (um por cento) ao mês, incididos sobre o valor da multa, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento objeto de não cumprimento de obrigação legal, com a possível extinção do compromisso;
15.2.3 Até 30% (trinta por cento) sobre o valor do registro, na hipótese da compromissária fornecedora, injustificadamente, desistir do compromisso ou der causa a sua extinção, bem como nos demais casos de descumprimento das obrigações, quando o município em face da gravidade analisará os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.
15.3 O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos pelo município.

15.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.5 A CONTRATADA deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, falhando ou fraudando no fornecimento, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 06 (seis) anos, sem prejuízo de multas previstas neste documento e demais cominações legais.

15.6 Em todas as situações que couberem as sanções administrativas, será observado o regramento previsto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo assegurado ao sancionado o direito ao contraditório e ampla defesa nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/21.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

16.1 A extinção contratual poderá ser:

16.1.1 Por ato unilateral e escrito do município nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.1.2 Por acordo entre as partes, reduzido a termo conforme inciso II do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.1.3 Por determinação arbitral ou por decisão judicial na forma legal, diante do disposto no inciso III do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21;

16.2 Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, inclusive com vistas franqueadas ao interessado sobre assuntos de sua demanda.

17. DA PUBLICIDADE.

17.1 Será dada publicidade ao Contrato na melhor forma de direito sendo realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência do órgão ora CONTRATANTE como condição indispensável para sua eficácia, para conhecimento da sociedade, em atendimento aos princípios constitucionais da eficiência, moralidade, transparência, segurança jurídica e outros.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A fiscalização do objeto compete aos órgãos requisitantes que, na qualidade de fiscais técnicos, serão responsáveis por aferir as condições e compromissos relacionados neste Contrato em conjunto com o Edital e Termo de Referência.

18.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3 As comunicações entre o município e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4 A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5 Após a assinatura do Contrato a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18.6 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.7 O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

18.8 O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

18.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Administração emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

18.10 O fiscal técnico informará ao gestor da Administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

18.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, compromisso, entrega ou fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao seu gestor para adoção das medidas cabíveis.

18.12 O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

18.13 O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso seja necessário.

18.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

18.15 O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

18.16 O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

18.17 O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.18 O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

18.19 O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.20 O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL.

19.1 A Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas, MG, reserva-se o direito de exigir da CONTRATADA a prestação da garantia de execução de contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, quando analisará os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e segurança jurídica, apresentando as devidas motivações.

20. DA PRORROGAÇÃO.

20.1 O presente Contrato poderá ser prorrogado pela Administração, mantidas as condições e preços vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

21. DO FORO.

21.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Caratinga, MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Santa Rita de Minas, MG _____ de _____ de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE MINAS
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

ANEXO VII – ESTIMATIVO UNITÁRIO, GLOBAL E QUANTITATIVO DO CERTAME.
PROCESSO Nº 064/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO	V. UNIT.	V. TOTAL
1	100	UNID.	CECÍLIA E SEU MUNDO LIMPINHO E SEM LIXO. ISBN 978-65-5946-100-4; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
2	100	UNID.	CECÍLIA, A MENINA QUE AMA A BANDEIRA DO BRASIL. ISBN 978-65-5946-136-3; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
3	100	UNID.	CECÍLIA E AS FORMAS GEOMÉTRICAS. ISBN 978-65-5946-129-5; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
4	100	UNID.	CECÍLIA DESCOBRINDO AS CORES. ISBN 978-65-5946-132-5; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
5	100	UNID.	CECÍLIA E SEUS CONHECIMENTOS DE TRÂNSITO. ISBN 978-65-5946-128-8; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
6	100	UNID.	CECÍLIA E OS NÚMEROS MÁGICOS. ISBN 978-65-5946-133-2; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
7	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: VISÃO. ISBN 978-65-5946-137-0; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
8	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: AUDIÇÃO. ISBN 978-65-5946-134-9; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00

9	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: TATO. ISBN 978-65-5946-131-8; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
10	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: PALADAR. ISBN 978-65-5946-130-1; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
11	100	UNID.	ALICE DESCOBRINDO OS SENTIDOS: OLFATO. ISBN 978-65-5946-135-6; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
12	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DOS RIOS. ISBN 978-65-5946-099-1; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
13	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DOS MARES. ISBN 978-65-5946-101-1; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
14	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DAS FLORESTAS. ISBN 978-65-5946-094-6; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
15	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS QUE VOAM. ISBN 978-65-5946-097-7; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
16	100	UNID.	CONHECENDO OS ANIMAIS DA ÁFRICA. ISBN 978-65-5946-165-3; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
17	100	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? O. ISBN 978-65-5946-112-7; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
18	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? A. ISBN 978-65-5946-111-0; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel	R$ 45,90	R$ 34.425,00

			couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.		
19	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? U. ISBN 978-65-5946-115-8; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
20	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? I. ISBN 978-65-5946-114-1; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
21	750	UNID.	COLEÇÃO ONDE ESTOU? E. ISBN 978-65-5946-113-4; autoria: Cleyton Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
22	100	UNID.	A HISTÓRIA DE QUIM, O MENINO AUTISTA. ISBN 978-65-5946-140-0; autoria: Liobino M.; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
23	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA AMIZADE. ISBN 978-85-63390-39-4; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
24	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA GRATIDÃO. ISBN 978-85-63390-41-7; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
25	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA OBEDIÊNCIA. ISBN 978-85-63390-40-0; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
26	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DO RESPEITO. ISBN 978-85-63390-37-0; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
27	750	UNID.	O VERDADEIRO VALOR DA RESPONSABILIDADE. ISBN 978-85-63390-38-7; autoria: Fabrício T. / M. Garcia; 40 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
28	100	UNID.	MEU AMIGUINHO DIFERENTE: SER DIFERENTE É LEGAL. ISBN 978-65-5946-096-0;	R$ 45,90	R$ 4.590,00

			autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.		
29	100	UNID.	MEU AMIGUINHO DIFERENTE: SOMOS DIFERENTES, MAS SOMOS IGUAIS!. ISBN 978-65-5946-095-3; autoria: Liobino M. / M. Garcia; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 4.590,00
30	750	UNID.	USO DE TELAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA. ISBN 978-65-5946-282-7; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 210 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
31	750	UNID.	VAMOS BRINCAR! SAI DO CELULAR!. ISBN 978-65-5946-284-1; autoria: Liobino M.; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 210 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz.	R$ 45,90	R$ 34.425,00
32	750	UNID.	CONSELHOS DO VÔ NECO: POR QUE OBEDECER?. ISBN 978-65-5946-059-5; autoria: Cleyton Barbosa Passos; 28 páginas; formato 22 x 20 cm (aberto 44 x 20 cm); papel couché 230 g/115 g; impressão 4 x 4 cores; verniz; dobrado e grampeado.	R$ 45,90	R$ 34.425,00

ANEXO VIII – TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ARP/CONTRATO.
PROCESSO Nº 064/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ARP/CONTRATO ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre a designação de fiscal de contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento indicado na epígrafe e dá outras providências.

A prefeita de Santa Rita de Minas/MG, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, resolve designar o(a) servidor(a) _____, matrícula _____, como fiscal do instrumento de contratação derivado do Processo Administrativo nº 064/2026, Pregão Eletrônico nº 027/2026, Ata de Registro de Preços nº XXX/2026, tendo por objeto a aquisição de livros paradidáticos ilustrados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino, devendo ainda:

a) Tomar ciência integral dos autos do processo, do instrumento contratual, do termo de referência/projeto básico e dos demais documentos que orientam a execução;

b) Acompanhar a execução do objeto, verificando a conformidade de quantidades, especificações, qualidade, prazos e demais condições pactuadas;

c) Registrar ocorrências, intercorrências e eventuais inconformidades verificadas durante a execução, comunicando-as tempestivamente ao gestor e à autoridade competente, quando cabível;

d) Atestar o recebimento provisório ou definitivo, conforme a natureza do objeto e as regras do processo, elaborando ou subscrevendo os relatórios pertinentes;

e) Conferir medições, relatórios, notas fiscais, comprovantes e demais documentos da execução, para fins de liquidação e pagamento, em articulação com o gestor do contrato;

f) Acompanhar, quando exigível, a manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada durante a execução;

g) Solicitar providências à contratada para correção de falhas ou irregularidades identificadas, mantendo registro formal dos atos praticados;

h) Subsidiar o gestor do contrato com informações técnicas e operacionais necessárias à boa gestão da contratação.

Santa Rita de Minas/MG, XX de XXXX de 2026.

_____
Zania Faria Silva

Eu, _____, abaixo assinado, declaro estar ciente da designação ora atribuída, bem como das funções inerentes à fiscalização do contrato.

_____
Servidor Designado Fiscal

P. M. Santa Rita de Minas. PAC nº 064/2026 – P. E. nº 027/2026. Objeto: Registro de preços objetivando a futura e eventual aquisição de livros paradidáticos ilustrados, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita de Minas/MG, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento de atividades educacionais nas unidades escolares da rede municipal de ensino. Abertura: XX/XX/XXXX às XXhXXmin. Local: https://licitar.digital/ . Contato: 33 3323 1200, pelo site www.santaritademinas.mg.gov.br ou pelo e-mail licitacao@santaritademinas.mg.gov.br. Zânia Faria Silva – Prefeita Municipal